

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

A força de Lula na reta final

(Págs. 2 e 3)



Lula e Bisol na Central do Brasil: a luta de massas contra as privatizações

Especial

X Encontro
Nacional
Feminista

São Paulo

Oito meses
no desafio
de ser governo

Economia

O vôo cego do
neoliberalismo

O novo giro
sectário da
Convergência
Socialista



Assine **EM TEMPO** Um jornal engajado na construção do PT como partido revolucionário

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 30,00 () Normal: NCz\$ 16,00

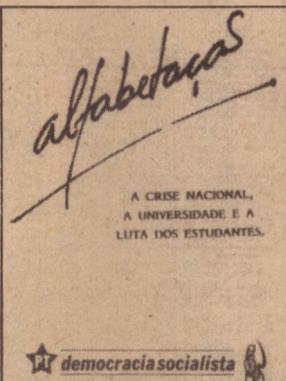
Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



Saiu o novo Caderno Democracia Socialista

Para receber, envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda., no valor de NCz\$ 3,00. Endereço:

Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros, São Paulo, CEP: 05404.

EM TEMPO:

Uma publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Arabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Issac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. CEP. Fone: 852-8880. CGC n.º 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial

É muito provável que nos próximos meses assistamos a grandes deslocamentos eleitorais e à precipitação de fatos decisivos na luta de classes.

O quadro eleitoral e a própria conjuntura do país estão marcados por um equilíbrio precário e instável. É muito provável que nos próximos meses assistamos a grandes deslocamentos eleitorais e a precipitação de fatos importantes na luta de classes.

A capacidade da Frente Brasil Popular de crescer, polarizar e ser vitoriosa neste quadro depende de:

— desenvolver e fixar com clareza perante a massa da população o perfil classista e democrático popular da candidatura Lula/Bisol;

— elevar a ação e o grau de unidade das atividades do movimento sindical, fazendo-o incidir com todo o seu vigor na conjuntura;

— ativar ao máximo a nossa energia militante, a nossa capacidade de, através de atitudes exemplares, criar uma dinâmica multiplicadora da consciência popular nesta reta final da campanha.

Analisemos cada um destes pontos.

Equilíbrio instável

Há vários fatores que indicam a possibilidade de que haja grandes alterações no quadro da disputa presidencial.

As próprias informações fornecidas pelas pesquisas indicam isso. A maioria dos eleitores ainda não definiu o seu voto nas pesquisas espontâneas (feitas sem o estímulo do cartão dos candidatos). Cerca de dois terços dos eleitores admitem a possibilidade de alteração do seu voto.

A candidatura Collor de Mello, apesar de ter mantido globalmente uma grande dianteira, vem sofrendo quedas sistemáticas nos maiores centros urbanos e nos eleitores com mais acesso à informação (aqueles com acesso ao grau universitário e ao ensino do segundo grau). O apoio a Collor, como vem sendo afirmado, se “arenizou”: isto é, firmou-se mais no nordeste e no norte do país.

É muito provável que o maior acesso de seus adversários aos programas de televisão e rádio a partir de 15 de setembro e durante cerca de 60 dias — tenham um grande impacto sobre a sua candidatura. A verdade é que Collor, em todos estes meses, foi o grande beneficiado pelo monopólio dos meios de comunicação de massa. Em eleições que contam com um contingente eleitoral de cerca de oitenta milhões de pessoas tal privilégio causa uma profunda distorção. E este impacto será tanto maior na medida em que a candidatura Collor é extremamente vulnerável para o próprio discurso em que se apoiou: é muito fácil provar o compromisso de Collor com todo tipo de corrupções, com o poder econômico, com as forças conservadoras.

Esta previsão sobre a provável queda de Collor apóia-se também em uma análise política e sociológica de sua candidatura. Collor está muito longe de ter construído uma rede de apoios partidários ou mesmo de contar com uma rede fisiológica de compra de votos eficaz, apesar de todos os apoios que tem recebido no último período. Tal rede de apoios é flagrantemente insuficiente para consolidar ou criar uma couraça protetora em torno a uma base eleitoral de dezenas de milhões de eleitores.

O “efeito Collor”

Após ter encaminhado em regime de urgência ao Congresso Nacional uma série de propostas de emergência contra a hiperinflação, o grande capital, reunido na Fiesp, passou a formar uma frente com o ministro Mailson da Nóbrega para martelar a idéia de que a inflação está sob controle e que a economia apresenta sinais de recuperação.

Entre um período e outro não houve um só fato decisivo no campo da economia que justificasse tal diagnóstico. O que houve foi uma mudança de tática: com a manutenção da vantagem eleitoral de Collor por alguns meses, as classes

Três

dominantes procuram criar um clima artificial de que têm o controle dos rumos do país. Querem evitar a todo custo um momento de completa perda de credibilidade na política econômica, que traria fortes impactos na vida econômica do país, com repercussões imprevisíveis no resultado das eleições.

A partir deste clima de confiança artificialmente criado, várias iniciativas econômicas foram tomadas no sentido de “congelar” a crise até o 15 de novembro, empurrando a tomada de decisões mais duras, a favor dos seus interesses para depois. Foi aprovada uma política salarial que amorteceria os efeitos inflacionários para os assalariados de renda mais baixa; está sendo praticada uma política de juros extremamente elevados que procura evitar a fuga de capitais para o ouro e o dólar; foi encaminhado um acordo de caráter provisório, de transição, com o FMI.

Apesar disso, a inflação vem mostrando uma tendência à elevação. E a situação está longe de poder ser caracterizada como controlada.

Do ponto de vista econômico, o que pode gerar de imediato uma perda total de controle seria a precipitação da massa de dinheiro hoje circulando no overnight (estimada em cerca de 25% do PIB e em crescimento acelerado devido aos altos juros pagos pelo governo) sobre a economia real (fuga de capitais, dolarização, compra em massa de ativos etc) diante de uma ausência de garantias sobre as taxas de resgate e os prazos de vencimentos dos títulos públicos de curto prazo.

E esta “garantia” está estreitamente ligada à evolução da candidatura Collor. Na medida em que sua vantagem eleitoral começar a diminuir, estarão dadas as condições para a explosão de uma situação de hiperinflação com tudo o que ela significa.

“Frente de esquerda”

Não há, neste contexto, pro-

iniciativas chaves

posta mais desorganizadora para a Frente Brasil Popular do que a da formação de uma frente de “candidaturas de esquerda” contra Collor. Ela vai exatamente contra o esforço de demarcação de um campo de classe próprio da candidatura Lula/Bisol e a favor do jogo político patrocinado por Brizola de que é a alternativa eleitoral mais viável a Collor.

A Frente Brasil Popular precisa deixar claro para as amplas massas que a alternativa do governo democrático e popular se diferencia ideologicamente de todas as outras. Ela não pode simplesmente imiscuir-se num grande espectro, politicamente induzido e aceito socialmente, das “candidaturas de esquerda”. Candidatura de esquerda é a de Lula/Bisol, com base social e propostas políticas que podem inverter a relação de forças a favor dos trabalhadores e de seus aliados.

Se a candidatura Brizola atinge em parte a base social do PT, mais uma razão para a disputa política com este candidato. Denunciar as alianças à direita que ele consagra, a insuficiência e incoerência nas medidas que anuncia, como em relação à reforma agrária, e especialmente a conduta populista que despreza e inibe a participação popular organizada.

A passagem de Brizola pelo governo do Rio de Janeiro mostrou de forma inequívoca o quanto esta intenção de cooptar as lideranças dos movimentos sociais constitui um real ataque ao que levou anos para ser construído. A tática do populismo sempre foi desarticular o acúmulo do movimento popular no plano de sua auto-organização para manter a relação atrasada entre a sociedade atomizada e um grande chefe que às vezes atende a uma reivindicação, muitas outras nega, mas sempre orientado por interesses burgueses que querem a delegação desta sociedade para mantê-la submissa.

Novo ascenso

O período de maiores dificuldades para Frente Brasil Popular — em julho e agosto — coincidiu exatamente com um certo arrefecimento das atividades do movimento sin-

dical. E, agora, o momento chave de uma série de dissídios coletivos de categorias centrais — como bancários, metalúrgicos, químicos, setores das empresas estatais — coincide com o momento decisivo da disputa eleitoral.

Temos defendido a idéia de que o movimento sindical deveria ultrapassar a atividade meramente reivindicativa, de luta contra as perdas salariais impostas pela inflação, para uma ação unitária que englo-

cias é posterior à agudização do processo inflacionário: o que fundamenta este equívoco é uma postura inteiramente espontaneísta, que deixa o movimento operário desarmado e as classes dominantes senhoras de todas as iniciativas. O segundo equívoco é o de menosprezar o significado da hiperinflação, desconsiderando a necessidade de uma luta específica contra ela, do desenvolvimento da plataforma e métodos de luta que combatam o

conjuntura do país. A idéia da organização de uma greve geral, centrada neste plano de emergência, ficou à deriva, sem encaminhamentos precisos e determinados.

Agora, o Congresso da CUT-MG, com vasta representatividade, aprovou indicativamente e por unanimidade à direção nacional da central uma proposta de mobilização visando à preparação da greve geral para a primeira quinzena

Efeito multiplicador

As eleições “solteiras”, com vistas a eleger unicamente o presidente da República, expuseram toda a fragilidade organizativa do PT, a carência de uma forte organização de base, as dificuldades de centralização diante da absurda ausência de uma imprensa partidária.

Tais deficiências foram muito pouco sanadas pelo trabalho organizativo da campanha, que começou tarde e de forma muito espontânea. A proposta vital de construir milhares de comitês de base da Frente Brasil Popular foi muito parcialmente colocada em prática. O jornal de campanha acabou também não saindo.

Tais debilidades organizativas fizeram com que a mobilização de massas da campanha ficasse bastante dependente da atividade do candidato e também que a expressão de massas da candidatura ficasse completamente dependente dos grandes meios de comunicação.

Apesar disso, a campanha da Frente Brasil Popular foi quem protagonizou as maiores manifestações de massa da campanha na maioria dos grandes centros urbanos do país. Tais manifestações — várias delas com cerca de dez mil pessoas ou até mais — são, no entanto, insuficientes para criar uma ponte de comunicação com a maioria da população.

A partir de 15 de setembro, a Frente Brasil Popular passa a contar com um “jornal de campanha”, o acesso ao programa gratuito. Tal acesso pode e deve ser utilizado para criar uma dinâmica de mobilização unitária por parte dos dezenas de milhares de militantes que apoiam a candidatura Lula/Bisol.

Trata-se de completar o giro para a campanha de todas as estruturas partidárias, dos parlamentares do partido, dos militantes petistas que trabalham nas administrações. Criar um efeito multiplicador, de difusão em massa de nossas propostas. É a nossa capacidade de criar neste período esta corrente de ativação da consciência popular que definirá, em última instância, o resultado das eleições.



Roberto Parizotti/Fóton

O ato de coragem: milhares em Volta Redonda, na reinauguração do monumento, apesar das ameaças de morte

basse estas reivindicações em um questionamento mais de fundo da política econômica do governo Sarney. Tal avaliação foi atualizada em função das ameaças concretas de uma hiperinflação que poderiam pegar os trabalhadores completamente desarmados.

Esta posição ofensiva pretendia fugir a dois equívocos graves. O primeiro é o de considerar que a luta contra a hiperinflação e suas consequên-

que determina a dinâmica da hiperinflação.

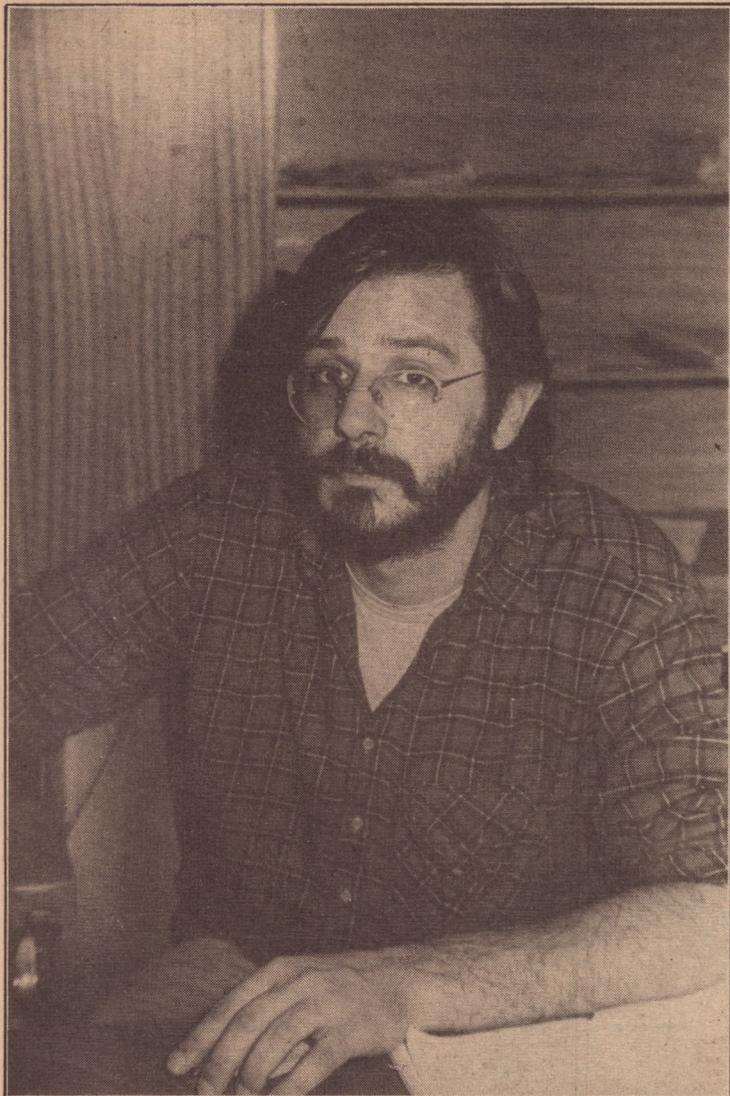
A Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto, discutiu a ameaça da hiperinflação e aprovou um plano de emergência de combate a ela, a partir dos interesses dos trabalhadores. No entanto, ela esteve muito longe de fornecer um impulso unitário e decidido para colocar o movimento sindical de forma vigorosa na

de outubro. Planeja-se também uma reunião das entidades sindicais vinculadas às empresas estatais para traçar um plano comum de luta contra as privatizações.

Colocar o movimento sindical, de forma unitária e sob a direção da CUT, em movimento. Esta é a base social da grande ofensiva da Frente Brasil Popular nesta fase final da campanha.

CUT patrocina seminário

Os trabalhadores gaúchos assumiram a defesa das estatais. Aqui, a palavra de Miguel Rosseto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Polo Petroquímico de Triunfo.



Rosseto: Privatização não rima com democracia

Márcia Camargo

O movimento iniciado pelo Sindipolo — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Polo Petroquímico de Triunfo — junto com o Sindicato dos metalúrgicos da Aços Finos Piratini — estatal já incluída na primeira lista de privatizações — não tardou em receber importantes adesões: Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas, dos Metroviários, dos Previdenciários, dos Petroleiros, dos Funcionários Públicos Federais, mais as Federações dos Bancários e dos Jornalistas, juntos com CUT-RS e a Corrente sindical Clássica. Esta é a composição inicial do Movimento em Defesa das Estatais e Pela Soberania Nacional.

Depois do manifesto de lançamento, em Porto Alegre, um largo passo no sentido da

articulação das diversas iniciativas dos trabalhadores em numerosos Estados: será realizado em Brasília, o Seminário Nacional em Defesa das Estatais. Patrocina o evento a CUT nacional.

A privatização se destinaria a “enxugar” um Estado superdesenvolvido e “desonerar” o governo e a nação de despesas excessivas...

Rosseto — De fato, não é isto o que está colocado. As empresas ameaçadas de privatização são lucrativas. Outras poderiam igualmente produzir resultados positivos, mas foram intencionalmente descapitalizadas e sucateadas. Não nos surpreenderemos se o Sarney vier a ocupar a direção de uma dessas empresas. Foi assim com o Geisel na Norquisa, controladora do Polo de Camaçari, o Golberi na Dow Chemical e tantos outros. Tudo isto mostra o grau de priva-

tização do Estado brasileiro, cujo papel na acumulação capitalista nunca foi tão claro como agora, favorecendo a grande burguesia nacional e estrangeira.

— ...o que revela o cinismo do discurso neoliberal.

Rosseto — Se observarmos a lista de privatizações, veremos como o governo joga no sentido da monopolização de setores estratégicos da economia. Na área siderúrgica, quem vai comprar ações são os grupos Gerdau, Vilarés, Votorantim. Com a venda da Petroquímica União e da Copesul, o governo joga nas mãos do capital internacional duas das três centrais do setor, depois de ter privatizado a terceira, a Copene. Quem vai comprá-las? A Bayer, Hoechst, Rhodia, Dow e as nacionais Ultra, Petropar, Ipiranga.

— Qual seria o impacto social dessas privatizações?

Rosseto — Estão na lista todas as empresas estatais do setor básico de fertilizantes, visando deliberadamente a verticalização da economia. Diante desse quadro, o discurso sobre o papel do Estado na economia e pretensa defesa de interesses sociais — aumentar a eficiência das empresas e desonerar o governo — é apenas um deslavado cinismo.

— O manifesto lançado pelo movimento sindical questiona a legitimidade da ação do governo...

Rosseto — Este é um governo ilegítimo, em fim de mandato, não vai negociar nada. Vai promover uma grande “mutreta”. É presente distribuído aos amigos em fim de festa. Temos que deixar bem claro é que a grande burguesia que hoje brada contra o intervencionismo nasceu do investimento estatal. Exemplo típico é o Grupo Gerdau, que construiu sua siderúrgica graças ao subsídio no fornecimento de energia elétrica pela companhia estatal, em 1962. Outro exemplo é o setor petroquímico que alcança preços competitivos no estrangeiro graças a preços subsidiados da nafta que recebe da Petrobrás.

— Os trabalhadores estão denunciando as condições de

venda da Copesul e da Aços Finos. De que se trata?

Rosseto — Em 1988, a Copesul teve um lucro líquido de US\$ 37,8 milhões. No primeiro semestre de 1989, o lucro líquido já atingiu US\$ 40 milhões, com precisão de US\$ 90 milhões de lucros até o fim do ano. O faturamento de 1988 foi de US\$ 480 milhões, o previsto para 1989 é de US\$ 600 milhões. Hoje, a empresa seria comprada por US\$ 300 milhões. Mas houve uma reavaliação do ativo para US\$ 1 bilhão. Portanto, será um negócio de pai para filho, por menos de um terço do valor real. O mesmo se dará com a Aços Finos que poderá ser entregue por US\$ 38 milhões, quando seu valor é de US\$ 350 milhões.

É preciso dizer que isto em nada nos surpreende. No apagar das luzes, Geisel entregou a Copene, central de matérias-primas da petroquímica do Nordeste, com uma simples troca de ações ordinárias, com direito a voto, por ações preferenciais, sem direito a voto. Trata-se, nesta fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, de transferir capital da especulação financeira para a compra de ativos brutalmente depreciados.

— Do ponto de vista dos trabalhadores, como é pensada a gestão das estatais?

Rosseto — É preciso entender a importância do investimento público nos setores estratégicos, mas realizado sob controle social. Isto significa gestão democrática.

Defendemos desde a participação direta dos trabalhadores na gestão da empresa até o controle pelos legislativos dos balanços e investimentos.

Para isto, é preciso que a sociedade, a população em geral, os sindicatos se mobilizem no sentido de barrar o projeto de Sarney de entrega das estatais. Será preciso coragem para enfrentar o discurso oficial e recuperar o verdadeiro sentido do investimento público nas estatais — o controle público de setores estratégicos da economia.

A campanha pela privatização é expressão da crise capitalista. Acirra-se a disputa pelo mercado e agudiza-se a contradição pela impotência da burguesia em ampliar o mercado.

Desse modo, as estatais que sustentaram os lucros dos capitalistas se transformaram em concorrentes. De sua parte, o Estado falido não tem capacidade de investimento, estrangulando a população em setores básicos da economia. É o caso do fornecimento de energia elétrica. Assim, estas privatizações pretendidas por Sarney correspondem a uma tolerância e até exprimem uma característica do capitalismo hoje, no Brasil.

— Os privatizadores citam o exemplo dos países desenvolvidos. Se lá deu certo, aqui também será benéfico...

Rosseto — É preciso distinguir entre um discurso neoliberal para a Inglaterra e França e sua aplicação no Brasil. Nesses países desenvolvidos, ele concretiza um projeto burguês conservador que articula recuos importantes em conquistas sociais como controle público na área de serviços, subsidiando e investindo efetivamente em transportes, saúde, educação, seguridade social.

No Brasil, entretanto, o quadro é completamente diferente. Aqui, o Estado não sofre nenhum controle social. O conjunto das empresas estatais está a serviço da acumulação capitalista através de políticos antipopulares. A apropriação do discurso neoliberal pela burguesia nas condições de nosso país é mais uma falsificação.

Na realidade, estão tentando desarticular um foco natural de resistência à penetração dominante do capital estrangeiro. A privatização agravará a posição subordinada da burguesia brasileira que se tornará ainda mais extorsiva e espoliadora. Desse modo, a privatização não aponta para a democracia e a liberdade, mas para mais autoritarismo e opressão sobre o povo brasileiro.

anti privatização

O Sindicato da Central do Brasil puxa um comitê nacional e começa a organizar os usuários contra a privatização.



Lula fala aos ferroviários da Central do Brasil

Isaac Akcelrud

A privatização está desabando sobre nossas cabeças, colocando em risco nossos empregos — exclama o jornal *Trilhando*, órgão oficial do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.

O primeiro sinal de alarme é dado pela pressão contra o nível de emprego, pelo arrocho salarial. Uma longa experiência de luta e resistência desenvolveu uma aptidão especial entre os trabalhadores de grandes concentrações operárias em empresas fundamentais. Percebem rápido de onde vem e que direção tem o ataque do inimigo de classe.

— A invasão de empreiteiras significa o primeiro passo do Ministério dos Transportes e da Rede em direção à privatização da empresa. O subemprego dentro da ferrovia já é um fato, só falta agora consumarem o desemprego com a chegada do capital privado nacional e multinacional — alerta o jornal ferroviário em outra edição.

Os ferroviários da Central do Brasil estão na linha da frente na luta contra

a privatização que já avançou em iniciativa e organização. Não se limitaram à denúncia verbal nem aguardaram instruções. Já está funcionando o Comitê Nacional em Defesa da Ferrovia, construindo a unidade ferroviária contra a privatização. Tal como se verifica em Volta Redonda, o sindicato operário goza do apoio valioso e da colaboração insubstituível dos quadros técnicos congregados pela Associação de Engenheiros da Central do Brasil, da Associação de Engenheiros da Leste Brasileiro, da Associação de Profissionais Universitários de Juiz de Fora, da Associação de Técnicos Ferroviários de Juiz de Fora, da Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina e da entidade congênere da Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina e da Viação Fêrrea do Rio Grande do Sul, das Redes de Viação Cearense e Noroeste do Brasil, bem como da Santos-Jundiá.

A unidade operária é o eixo duma poderosa e ampla frente única popular de envergadura nacional.

Burguesia impotente

O documento básico, intitulado “Ferroviários denunciam privatização” tem duas características principais. A primeira, se relaciona com a educação e formação política dos trabalhadores, mostrando como suas reivindicações fazem parte de um contexto mais amplo, o que exige transformações políticas que partem do Sindicato mas vão muito além da mera luta econômica. A segunda, é o espírito de ofensiva que não se submete a discutir no terreno escolhido pelas classes dominantes e parte direto para a denúncia.

A própria idéia das vantagens da privatização é desmoralizada logo de saída com a prova de que a burguesia sempre se mostrou impotente para o empreendimento ferroviário:

— No século passado, várias tentativas de estimular investimentos ferroviários ficaram sem resposta até que o próprio Barão de Mauá fracassou. Nem a oferta de arrendamento de ferrovias obteve resposta positiva.

— No início do século, o governo resolveu construir, ele próprio, as ferrovias, até que em 1952 foi dado o primeiro passo para a formação da atual Rede Ferroviária.

— Mesmo na Ferrovia do Aço, não cabe a alegação de participação eficiente da iniciativa privada. O investimento público foi de 2,5 bilhões de dólares, mas está sendo passada para as mãos de particulares por apenas 70 milhões de dólares. Uma doação.

— Outra doação é a controvertida ferrovia norte-sul, construída com dinheiro público, mas que o Ministério dos Transportes planeja entregar a particulares.

Os pregoeiros e falsários do liberalismo e da privatização fingem ignorar que a experiência internacional, nos próprios países capitalistas desenvolvidos, depõe contra a privatização. Na França, 55% das cargas são transportadas por trem. E a rede nacional integrada, a despeito da política privatizante do governo, aumentou sua área de atuação, incluindo armazenagem e embalagem. Na Itália, Alemanha e Espanha, a privatização não atingiu a ferrovia. Mesmo a sra. Thatcher teve de manter a ferrovia estatizada na Inglaterra.

Três objetivos

O movimento dos ferroviários já detectou e está denunciando os principais objetivos da atual campanha de privatização na qual estão envolvidos diretamente o Ministério dos Transportes e as Bolsas de Valores do Rio e São Paulo, cujos presidentes foram indiciados na negociata do especulador Najji Nahas:

1 — A maior parte dos investimentos vem sendo destinada aos corredores de

exportação, de acordo com o “modelo exportador” para produzir dólares para pagar juros da dívida externa. As linhas que servem ao mercado interno, transportando principalmente alimentos para consumo da população brasileira, sofrem uma carência crônica de investimentos, estão caindo aos pedaços e muitas já foram desativadas. Em consequência, alguns setores são lucrativos e outros deficitários. A privatização visa entregar as linhas lucrativas aos capitalistas privados e deixar os prejuízos e o déficit para ser pago pelo povo sob a forma de impostos, maus serviços e altas tarifas.

2 — As baterias da privatização estão voltadas contra as estatais em todos os países do Terceiro Mundo, países devedores e subdesenvolvidos. O inconfessável objetivo é manter nossos países no atraso e na dependência. As estatais englobam os setores chaves da economia — transporte, energia, siderurgia, comunicações — e são uma grande barreira à desnacionalização da economia nacional. É nas estatais que se formou e organizou uma vanguarda tecnológica capaz de vencer o atraso e competir com as multinacionais.

3 — A privatização é um instrumento da luta de classes e visa atingir fundo todo o movimento operário independente. A posição estratégica das estatais na economia, com a combatividade, organização e liderança das suas grandes concentrações operárias, é atacada traiçoeiramente pela privatização. Pois implica em desemprego, desarticulação da Rede Ferroviária, desmantelamento dos grandes sindicatos que mantêm uma rede de delegados sindicais com estabilidade ao longo dos trilhos unificando áreas consideráveis numa só e poderosa organização.

A experiência do COMTREM

Os ferroviários da Central do Brasil estão de mãos dadas com as populações das cidades ameaçadas pelas manobras privatizantes. O exemplo mais eloquente é a Comissão do Trem (COMTREM) formada pelas Associações de Moradores de Gramacho, modelo de combinação do trabalho sindical com a luta de massas nos bairros. Gramacho é a última estação de bitola larga e linha eletrificada no seu ramal. Depois, vem a baldeação para vagões de madeira em trem a diesel. A COMTREM já sabe que a privatização da ferrovia significa o fim do próprio ramal. O que dá lucro não é o transporte de gente. Todo o transporte de passageiros está direta e frontalmente ameaçado pela privatização.

Este é o imenso potencial de crescimento da luta contra a privatização liderada pelos ferroviários.

As raízes profundas da luta pela democracia

A politização orgânica das lutas sociais e o enfoque de classe na questão das estatais: a experiência dos trabalhadores na luta pela hegemonia

Isaac Akcelrud

O protesto econômico-social, ainda quando radicalizado, não se traduz necessariamente por uma opção política mais avançada e conseqüente (...) é imprescindível politizar organicamente a luta social, vinculando-a à urgência de uma alternativa política global para o país (...) Caso contrário a insatisfação social pode acabar manipulada pelo populismo ou instrumentalizada por projetos políticos conservadores e de cunho autoritário.

Esta concepção vem assim exposta na resolução "As eleições presidenciais e a candidatura Lula", do VI Encontro Nacional do PT. Mostra como e por que a luta econômica pode ser manobrada pela demagogia populista e pela reação. Indica como essa mesma luta pode elevar-se a um nível mais alto, o da luta política independente.

A mera ação sindical isolada, no fundo é defensiva, pois está contida nos limites da dominação capitalista. Nestes tempos de inflação, a luta tem sido mais pela reposição salarial do que por aumento real de salário. É com a militância política que o trabalhador passa à ofensiva, age com independência e constrói uma alternativa de classe.

Neste sentido, a experiência já está comprovando a imensa significação da luta contra a privatização das estatais na politização dos trabalhadores. Isto é visível em dois exemplos que elucidam as posições de classe em confronto: uma, a dos ferroviários, construtiva e avançada; a outra, dos governantes burgueses, predatória e retrógrada.

Controle e gestão

O Comitê Nacional de Defesa da Ferrovia não se limita criticar a privatização. A defesa da estatal implica na sua transformação radical, a partir da **democratização do controle da gestão**. "Democratizar a gestão implica na abertura da administração à participação efetiva do empregado, do cliente e do usuário." Em poucas palavras, controle operário e popular, como condição indispensável para um avanço qualitativo. Isto se traduz em três medidas reivindicadas pelos ferroviários:

1 — Representantes dos empregados, eleitos diretamente, ao lado de representantes dos clientes, dos usuários e da comunidade, no Conselho de Administração da RFFSA.

2 — Disciplina administrativa e operacional em lugar do autoritarismo arbitrário. Fim dos órgãos policiais e de espionagem.

3 — Informações transparentes e objetivas sobre a administração ao alcance dos empregados e da comunidade.

O movimento exige a "participação predominante dos empregados" na elaboração do Plano Diretor da empresa. Reclama autonomia na política de pessoal, tarifária e financeira, bem como a formação da diretoria em base profissional. Prevê a reciclagem e aperfeiçoamento dos trabalhadores com vistas a inovações tecnológicas, com apoio num centro nacional de pesquisa ferroviária com o respectivo laboratório.



Em Volta Redonda, novos horizontes da luta pela democracia

rio central. A participação influente dos ferroviários é decisiva para a implementação dessas medidas.

Não se trata apenas de impedir a privatização. Os trabalhadores estabelecem um objetivo alternativo, traçam um programa. Ao encabeçar a luta contra a entrega das estatais aos grossos capitalistas nacionais e multinacionais, o movimento operário disputa a hegemonia política no seio da sociedade brasileira.

Inútil e perniciosa

Por covardia e má fé, a imprensa burguesa silencia sobre estas propostas, visando ao isolamento da iniciativa operária — o que indica a urgência de um jornal de massas do PT para romper o cerco político. Nem assim, entretanto, conseguem iludir os efeitos da pressão já iniciada. Exemplos:

1 — A anunciada privatização da Usiminas, uma das estatais mais rentáveis, detonou a resistência dos metalúrgicos no seio da empresa e agita todo o

Vale do Aço. Não é mero acaso, o conselho de "cautela e juízo" de Antonio Ermírio de Morais: "Nem tudo deve ser privatizado. A empresa custa 6 bilhões de dólares e não sei se existe aqui dentro alguém com todo esse dinheiro."

2 — O preço assim atribuído à Usiminas é uma denúncia involuntária da inutilidade da privatização. O BNDES acaba de confirmar que o lote de dezoto empresas que Sarney quer privatizar vale, em conjunto, US\$ 11,5 bilhões e tem uma dívida de US\$ 5,5 bi. Portan-

foi o financiamento do BNDES com correção monetária parcial ao nível de 20% ao ano. Toda a inflação acima de 20% (ela disparou até 1.000%) foi bancada pelo governo. A desvalorização da dívida das empresas beneficiadas pela negociata transformou os empréstimos em doação patrimonial. A economista considera que o valor mínimo presenteado aos capitalistas privados foi de 3,2 bilhões de dólares. Mas seu colega Cesar Maia acha que Sheila calculou por baixo, pois, em realidade, o rombo é de 12 bilhões de dólares. "Eficiência empresarial" é isto: correção monetária plena no valor dos ativos das empresas, correção monetária parcial, simbólica, na dívida com o governo. Assim se fazem grandes empresas à custa do povo.

Em valores da época, o grupo Mendes Junior (Murilo Mendes) abocanhava US\$ 237 milhões; a Votorantim (Antonio Ermírio) ficou com US\$ 63 milhões; a Cobrasma (Luis Eulálio Bueno Vidigal) engoliu US\$ 81 milhões; a Caemi (Azevedo Antunes) devorou US\$ 10 milhões. No privilegiado setor petroquímico, só a Copene embolsou US\$ 144 milhões.

Além da falcatura com a correção monetária "parcial", os capitalistas demonstraram "competência" através de uma decisão do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen: os recursos do PIS-PASEP, recolhidos dos trabalhadores, passaram diretamente para o BNDES, isto é, ficaram à disposição da alta burguesia industrial.

Os premiados

Os executores dessa política da ditadura militar estão hoje muito bem empregados. Por exemplo: Marcos Viana, ex-presidente do BNDES, tornou-se alto executivo do Estaleiro Verolme; Reis Veloso, ex-ministro do Planejamento, preside o Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais; Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda, que já era um dos donos do Banco Bozano Simonsen, é figura de proa no City Bank.

Os principais bancos credores do Brasil estão se preparando para "entrar" na privatização. O **Manufacturer's Hanover** está registrando, para este fim, um banco de investimento em associação com "SRL Consultores", que conta entre seus proprietários o ex-ministro do Planejamento, João Sayad, e o ex-secretário da SEST, Henri Philippe Reischtl.

A privatização é a máscara da doação e uma nova avenida para a invasão imperialista.

Rombos no BNDES

Uma pesquisa universitária está desmoralizando a tese da "eficiência" da empresa privada e da "incompetência" das estatais. A tese de mestrado da economista Sheila Najberg, da PUC-RJ, sobre "Privatização de Recursos Públicos", acusa uma brutal transferência de dinheiro vivo do governo para os grandes capitalistas. O artifício usado



O vôo cego do neoliberalismo



A ideologia liberal-privatista não fornece uma via de saída para a crise da economia brasileira nos anos oitenta.

Quem financiará um novo ciclo de acumulação? Como este ciclo se encaixará na nova realidade do capitalismo internacional?

São perguntas que não encontram respostas coerentes nos vários projetos que transitam entre as classes dominantes, como os de Simonsen, Reis Velloso e Bresser Pereira.

Esta ausência de um projeto burguês estratégico tem um impacto direto na disputa presidencial: o apoio empresarial a Collor, por exemplo, é muito mais fisiológico do que expressa uma convergência em torno de projetos duradouros e comuns.

Eduardo Albuquerque

Já é lugar comum a definição da década de 80 como a década perdida. Esta década perdida é expressão de uma crise mais profunda, conseqüência do esgotamento de um padrão de acumulação do capitalismo brasileiro. Esta caracterização nos leva a pensar na similaridade da crise atual com a de 1930, quando o capitalismo brasileiro teve o seu padrão de acumulação alterado, passando de uma hegemonia do setor agrário-exportador para o setor urbano-industrial.

Contudo, duas diferenças essenciais logo se destacam. Em 1930 existia um projeto que galvanizou as classes dominantes do país para a realização daquela mudança de hegemonia, que articulou a ação no campo político com a ação no campo econômico, no aproveitamento de oportunidades abertas com a crise no capitalismo mundial. Também na década de 30 era frágil a presença do movimento operário e popular na cena política.

E hoje, no final dos anos 80, o que vemos é a ausência de um projeto das classes dominantes capaz de impor

uma mudança comparável à de 30. Ao mesmo tempo, as classes dominantes se vêem acossadas por um movimento de trabalhadores com uma presença orgânica e política inédita na história do Brasil, capaz de ganhar uma referência de massa para a alternativa por ele apresentada.

Angústia

Esses dois elementos não são questões levantadas apenas pela esquerda. Ela já se faz presente no pensamento de setores das próprias classes dominantes. A *Gazeta Mercantil* promoveu um Fórum com as principais lideranças empresariais do país e apresentou uma conclusão significativa: "Há uma angústia pela falta de um projeto nacional, mas há, também, uma clara consciência por parte da elite de que ela está sentada sobre um barril de pólvora", constatou o economista Paulo Nogueira Batista Junior, assessor do fórum empresarial" (GM, 19 e 20/8/89).

Essa ausência de projeto global das classes dominantes explica a dispersão inicial das candidaturas que representam (ou buscavam representar) alternativas burguesas, expressa a debilidade das propostas apresentadas por essas candidaturas. E explica também a dinâmica da definição das classes dominantes: elas não podem se definir a partir do que elas não têm (projeto). Um interessante exemplo disto é uma reunião que Fernando Collor realizou com representantes dos 43 maiores conglomerados empresariais do país (Volkswagen, Ford, Votorantim, Pão de Açúcar etc). Nela, os empresários declararam que se impressionaram mais com a habilidade política do que com suas propostas. "Não parece dispor de um programa administrativo sólido, bem preparado", resumiu um dos empresários (GM, 9/6/89). Isto não impediu a citada reunião de concluir que Collor se tornou uma opção concreta. Apoio foi oferecido, compromissos futuros sondados...

Aí parece estar o essencial: as classes dominantes não procuram alguém com um projeto que lhe entusiasme, mas alguém que apresentando viabilidade simultaneamente esteja disposto a lhes servir, a encaminhar o que definirem. Neste sentido, o exemplo da Argentina é ilustrativo: o peronista Menem já está

encaminhando um programa de privatizações distante das tradições do próprio peronismo.

A ausência de um projeto global apresentado pelas classes dominantes coincide com a existência de inúmeras tentativas de elaboração, arremedos de propostas que demonstram tanto o que estão pensando (fragmentariamente) as classes dominantes, como as limitações que estes esboços possuem para indicar um processo de superação da crise da dimensão da atual. Selecionamos aqui três delas, no nosso ponto de vista suficientes para a montagem de um panorama da ausência de perspectivas estratégicas (atual, pelo menos no momento) da burguesia brasileira.

A variante da FGV e de Simonsen

Identificando o esgotamento do padrão de desenvolvimento existente no país desde os anos 30, com o fim da possibilidade do financiamento da industrialização pela transferência de renda de três fontes básicas até agora (agricultura, assalariados — via inflação — e setor externo), propõe a FGV uma "nova fórmula de crescimento".

Uma fórmula simultaneamente "não inflacionária", "aberta ao exterior" e "baseada na relação risco/retorno", foi explicitada em um editorial ("Como sair da estagnação") da revista da FGV, de janeiro de 1988.

É verdade que não indicam como concretizar uma situação não inflacionária, apontando apenas a necessidade de transformar a poupança que gira no curto prazo no mercado financeiro em poupança real, "fomentadora de investimentos". Para corrigir a "despoupança do setor público", é proposta a venda de estatais viáveis (as inviáveis seriam fechadas).

Quanto ao capital externo, consideram que é necessário romper o isolacionismo e ampliar a integração ao mercado mundial. A fuga de capitais que está ocorrendo é causada pela multiplicação de obstáculos econômicos, políticos e institucionais que o Brasil coloca ao estabelecimento de um "clima adequado aos investimentos

estrangeiros". Para a redução da dívida é proposta a conversão da dívida externa (segundo o seu valor de mercado). Como expressão da abertura ao exterior é proposta a liberdade cambial.

Simonsen vai na mesma linha, destacando nesta abertura ao capital estrangeiro o papel das multinacionais, para ele um sinônimo de tecnologia moderna: modernização tecnológica praticamente se equipara à chegada das multinacionais.

Essa posição tem um erro básico: a ilusão sobre o sentido do fluxo atual de capitais pelo mercado internacional. No presente estágio da crise mundial do capitalismo (elemento, por sinal, pouco trabalhado pelos teóricos da FGV), os capitais têm se dirigido aos mercados dos países capitalistas centrais. O sentido do fluxo de capitais, que nas décadas de 60 e 70 era em direção aos países dependentes, desde o início dos anos 80 se inverteu. Esta é a questão que está por trás da política de negociação da dívida externa pelos grandes bancos internacionais, da brutal elevação da fuga (oficial ou não) de capitais dos países dependentes. Como afirma um estudioso do MIT, Stanley Fischer, "... a liberalização conduzirá certamente a mais, e não a menos, fuga de capitais" (INPRECOR, 28/03/88).

Em outras palavras, a política defendida pela FGV e por Simonsen conduzirá ao oposto do que eles dizem pretender.

Quanto às privatizações, não serão elas que resolverão a questão do déficit público, especialmente nas estatais que ele quer privatizar: as rentáveis. Elas não são responsáveis por prejuízos. O que pesa no déficit público é a dinâmica de estatização da dívida externa. E a solução da questão da dívida está bem distante da proposta apresentada da conversão, por sinal uma política extremamente inflacionária.

A proposta de Bresser Pereira

Em um texto, de abril de 1987, intitulado "Mudanças no padrão de investimento", Bresser Pereira apontará tanto a deterioração da capacidade de poupança do estado como a dimensão da transferência de recursos reais da



economia. No entanto, ele apresentará a idéia da inviabilidade do retorno ao padrão de investimento estatal que prevaleceu desde os anos 50. Esse não-retorno é justificado por diferenças básicas do Brasil de 80 do Brasil dos anos 50, 60 e 70: o estado agora está endividado como nunca e a capitalização do setor privado está alta. Daí a sua proposta básica: ao lado da idéia do não-retorno ao papel anterior do estado está a capacidade adquirida pelo setor privado de viabilizar um novo padrão de investimento.

Agora a existência de um estoque básico de capital viabilizaria uma retomada de investimentos com um papel mais discreto do estado.

É verdade que o setor privado cresceu, que as dimensões da economia brasileira se avultaram. Houve uma brutal concentração da propriedade, chegando hoje a uma situação onde 200 grandes grupos controlam a economia. Todos os dados publicados este ano (sobre o ano de 1988 e o primeiro semestre de 1989) indicam uma melhora da situação das empresas, com maior lucratividade e liquidez. Porém, esta melhora é feita às custas do próprio estado, constituindo-se em uma das principais causas de sua deterioração. Tomando em consideração um estudo publicado na *Gazeta Mercantil* (21/7/89) sobre as 175 maiores empresas do setor industrial, há um dado esclarecedor: em 1987 a atividade industrial foi responsável por 39% do lucro operacional destas empresas e 29% era devido a operações financeiras; já em 1988 a atividade industrial ficou responsável por apenas 33% do lucro, enquanto as aplicações financeiras passaram a 44%.

Duas perguntas devem ser feitas como questionamento desta tese de Bresser. A primeira é sobre a capacidade do setor privado de resistir, continuar crescendo sem ter um estado que ele possa parasitar. Parece que não, dada a preocupação absolutamente central que os grandes empresários estão tendo com a garantia da intocabilidade da dívida interna, fonte básica de alimentação da ciranda financeira.

A segunda é sobre a capacidade do setor privado de bancar investimentos de longo prazo, gargalo clássico da economia nacional, sempre superado pelos investimentos estatais e externos. O próprio Bresser não trabalhará com a hipótese do setor privado assumir investimento de vulto (energia hidroelétrica, aço, metais não-ferrosos etc), reconhecendo uma tendência do setor privado a concentrar seus investimentos nas indústrias orientadas para a exportação.

Ou seja, o padrão de acumulação anterior não criou um setor privado capaz de ocupar a função que o estado, nos países dependentes, é chamado a ocupar, que é a de viabilizar os grandes investimentos, os investimentos que sustentam a expansão do desenvolvimento econômico (que será posteriormente apropriado pelos capitalistas).

Reis Veloso e um novo PND

O ex-ministro do tempo do II PND (programa econômico do governo Gei-

sel) tem participado dos debates sobre alternativas econômicas apontando a necessidade de um novo estágio de industrialização. Diagnosticando escassez de poupança e queda de investimentos, centra a sua preocupação na desatualização tecnológica do país. Toma como modelo os chamados "tigres asiáticos" (Coréia e Taiwan). Desenha uma nova mudança estrutural no país, ao molde da efetuada em 1974, quando o país passou a exportador de produtos siderúrgicos, petroquímicos, papel e celulose, bens de capital.

Agora — seus artigos são de 1987 e 1988 — é hora de passar a um novo estágio de industrialização com a instalação da indústria de componentes digitais para a eletrônica, substituindo importações e iniciando exportações em química fina e introduzindo a lógica da informática nas indústrias básicas. A partir daí o país recuperaria competitividade e poderia disputar melhores posições no mercado mundial.

Um projeto ambicioso, sem dúvida. Não há como deixarmos de imaginar que Reis Veloso tem o espectro do II PND a rondar neste seu plano. O pro-

Limites e timidez

Essa apresentação de três esboços de alternativas burguesas não é fortuita: elas destacam aspectos do padrão de acumulação anterior (estado, setor privado nacional, capital estrangeiro), não conseguem globalizar uma alternativa.

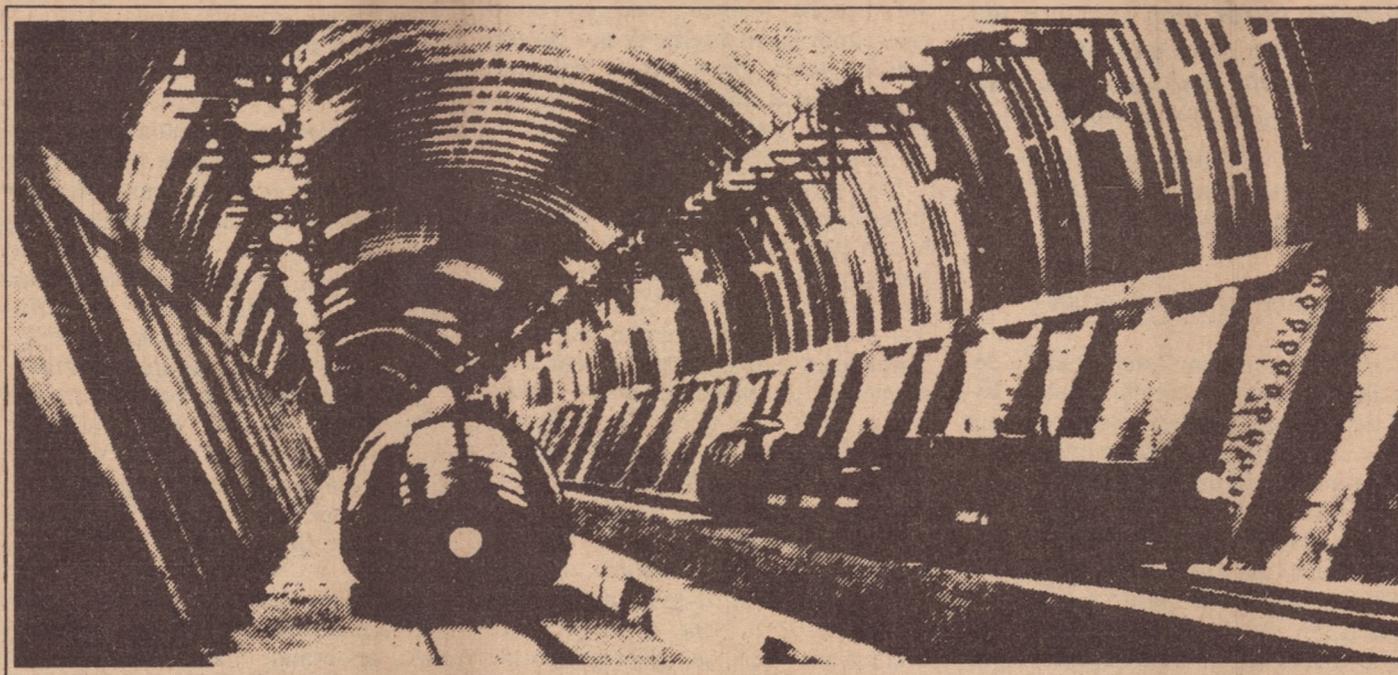
São, ainda, gradações mais ou menos ativas de inserção (subordinada) na lógica do mercado mundial capitalista: a proposta da FGV-Simonsen é a de uma inserção inteiramente passiva à divisão internacional do trabalho, acompanhando a movimentação do capital (que esperam migrar para o país); já a alternativa esboçada por Reis Veloso é a de uma inserção mais ativa neste mercado mundial, disputando e investindo para que um determinado papel seja "conquistado" pelo país.

Outro elemento comum a essas propostas é a timidez no enfrentamento das dificuldades maiores da economia brasileira no momento: em particular a definição de políticas para o tratamento da questão das dívidas externa e interna. Por isso fica inteiramente sem resposta a questão inteiramente essen-

Crise de hegemonia

Um último aspecto a ser registrado é a relação entre a nova situação do capitalismo internacional (onde os EUA sofrem uma crise de sua hegemonia sem conhecerem uma alternativa a sua liderança), que termina por não determinar a existência de uma referência internacional clara para a burguesia nacional (aos moldes do que se constituiu em 1964, quando os EUA tiveram um papel importante na construção da alternativa hegemônica entre a burguesia brasileira). Os conflitos interimperialistas do presente não podem deixar de ter o seu impacto na burguesia brasileira.

Esse vácuo em termos de propostas político-econômicas é um elemento importante para a caracterização da crise nacional por que passa o país. Para que a burguesia se capacite a disputar a saída da crise é necessário que esse projeto se desenvolva, capacitando a ampliação da ação unitária (ou mais unificada das classes dominantes). A inexistência deste projeto determina uma certa paralisia das ações pela superação da crise e condenam o horizonte da



A saída, dizem todos, está na "modernização": mas há luz no fim do túnel?

blema é que duas coisas mudaram: o estado quebrou (e sem o investimento estatal, como bancar a instalação de uma indústria microeletrônica, sendo que até mesmo os mais ferrenhos defensores da "reserva de mercado" reconhecem a incapacidade do capital privado nacional para instalá-la) e os capitais externos estão fugindo (e não entrando). Mas em seu projeto não está explicitado como seria recuperada a capacidade de financiamento do estado: limita-se a propor a redução da transferência de recursos reais para fora do país em 2,5% do PIB e definir um papel de liderança para as empresas privadas nacionais.

cial sobre "quem e como será financiada o novo ciclo de expansão da economia?" E isso é fácil de entender: para um tratamento destas questões de um modo conseqüente, para o estancamento da sangria dos recursos públicos, que alimentam os banqueiros internacionais e os grandes grupos econômicos nacionais, e para a colocação destes mesmos recursos à disposição dos planos de desenvolvimento econômico e social, é necessária uma vontade política diversa. E essa só é encontrável junto aos trabalhadores. Todos os arremedos de projetos da burguesia esbarram aí!

ação governamental a se reduzir à mera administração da crise.

Dai a responsabilidade do PT e da Frente Brasil Popular: é o único projeto articulado de enfrentamento global da crise presente. E não é por acaso que o único projeto articulado venha do bloco dos oprimidos, tenha um conteúdo anticapitalista: temos condições de iniciar a nossa ação enfrentando as dívidas externa e interna, porque temos condições e necessidade de enfrentar os grandes grupos econômicos (nosso programa é antimonopólios).

Desafios do movimento de mulheres

Vivendo a contradição entre o crescimento da participação das mulheres nos diversos movimentos sociais e a debilidade da construção orgânica do movimento feminista, o 10.º Encontro pode apontar novos caminhos para a luta pela libertação das mulheres.

Debilidades do movimento

No entanto esta legitimidade tem debilidades que nos são expostas a cada momento pela permanência de uma opressão e discriminação brutais no cotidiano de cada mulher. No desrespeito impune e ao que formalmente nos é dito como assegurado: a proibição das discriminações no trabalho, os direitos inscritos na Constituição e no limite das leis, o atendimento ao aborto em casos de estupro ou risco de vida da mulher e um sem número de direitos transgredidos diariamente.

É questionado até mesmo o direito de reagir, de gritar diante da naturalidade com que é tratado o brutal exercício do poder masculino sobre as mulheres.

Não é por acaso que a recente declaração do presidente Paulo Maluf sobre o estupro — "... tá com vontade sexual, estupra, mas não mata" — encontrou formas de solidariedade e "compreensão" na grande imprensa. Jornais como a **Folha de São Paulo** interpretaram a indignação das mulheres

diante da fala de Maluf como um radiante de mulheres e, ao mesmo tempo reconstruir, sobre estas bases, o conteúdo político feminista do movimento. Isso nos coloca hoje frente a uma nova realidade, onde o crescimento massivo e a receptividade entre as mulheres dos diferentes movimentos sociais para combinar sua luta cotidiana com a luta contra sua opressão específica convive com um grande debilitamento dos setores feministas que mais acumularam, do ponto de vista da reflexão e elaboração teórica, sobre a luta pela libertação das mulheres.

O papel dos Encontros

Os Encontros Nacionais Feministas podem ser um espaço privilegiado para refletirmos coletivamente sobre os projetos de construção do movimento, nossas debilidades e os desafios com que nos defrontamos. Eles vêm passando por alterações positivas, marcadas pela crescente presença de mulheres vinculadas ao movimento popular, sindical, militantes partidárias, envolvidas, nas mais variadas áreas, com a

construção do movimento de mulheres fundamental para a construção de uma consciência feminista. As oficinas, os trabalhos organizados a partir de vivência do corpo, da sexualidade, da violência, permite às mulheres introduzir, na sua forma de fazer política, novos métodos de luta contra a opressão específica que sofrem.

A segunda dimensão, a discussão nos Encontros os projetos de construção orgânica do movimento, pressupõe que se criem espaços para a explicitação organizada das diferentes visões do movimento. Estas visões estão presentes nas disputas, muitas vezes velada e nada democrática, por definir quem é portadora do legítimo feminismo, nas dificuldades de se organizar discussões comuns que busquem uma síntese real do público e do privado que possibilite às mulheres, em seu conjunto, resistir aos diferentes aspectos da opressão.

São cerca de mil mulheres presentes, de todas as partes do país. Este é um momento privilegiado para o movimento discutir como colocar sua luta nas ruas no período seguinte.

Isso pressupõe que busquemos definir em torno de que vamos ter uma ação privilegiada. A diversidade do feminismo, uma de suas riquezas, não pode ser a justificativa para a indefinição de eixos comuns de luta, que coloquem as mulheres em movimento. E hoje algumas questões se destacam, não apenas por sua atualidade, mas pela exigência de lutas organizadas para conquistá-las: a descriminalização do aborto, a luta contra a violência, a garantia dos direitos da mulher trabalhadora aprovados na Constituição.

Construir uma nova prática

Nos Encontros Feministas tem prevalecido unicamente a dimensão da descoberta do feminismo, em parte pela sua forma de organização, mas fundamentalmente pela imposição de uma dinâmica ancorada em uma perspectiva que desconsidera a importância da construção de um movimento de massas, que vê os Encontros exclusivamente como momentos de troca de experiência e espaços de vivência.

A medida que os setores populares do movimento se sensibilizam e se mobilizam em torno das lutas específicas, possibilitando uma massificação real do feminismo, que o leve a todas as mulheres, somos cobradas a refletir e construir uma nova prática feminista, capaz de integrar a luta das mulheres em todas as suas dimensões.

Tatau Godinho é membro da Executiva Estadual do PT São Paulo e Coordenadora da Comissão de Mulheres do PT São Paulo



III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (1985)

calismo descabido das feministas, em relação a um deslize natural de um candidato.

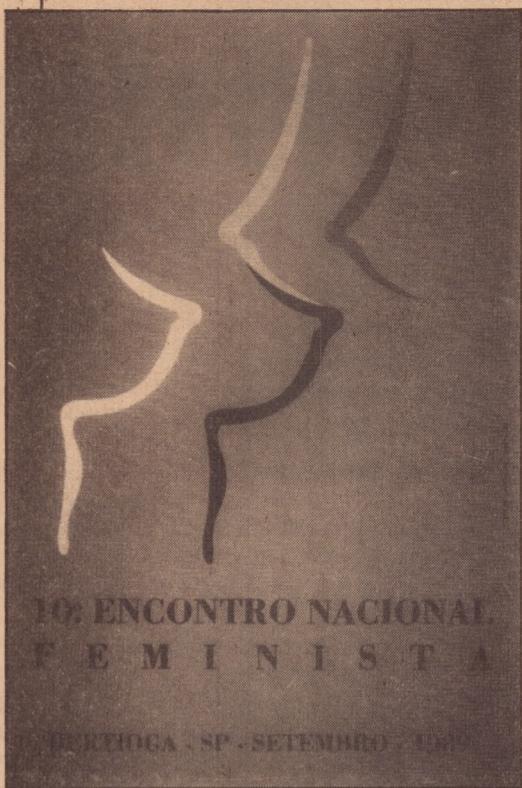
Contradições

No processo de enraizamento e ampliação do movimento de mulheres na década de 1980 colocaram-se dois problemas que exigem a busca consciente de sua superação, para que o feminismo e o movimento de mulheres rasguem a superfície da legitimidade já conquistada. Superar a dispersão, a ausência de fóruns unitários representativos de um processo de organização de massas, capazes de construir uma dinâmica permanente para o movimen-

res. (Ver EM TEMPO n.º 237, agosto/89).

O contato, e muitas vezes o primeiro aprendizado, de centenas de atividades do movimento de mulheres com os temas feministas; a possibilidade de um momento amplo de discussão da construção orgânica do movimento e um espaço privilegiado para se buscar a definição de campanhas políticas para a ação de massa do movimento de mulheres — estas são, para além da dinâmica atual, as dimensões que os Encontros devem procurar responder.

A primeira dimensão, do despertar para a opressão específica a partir da experiência individual, é um elemento



Tatau Godinho

Não é mais uma novidade a realização de algum evento, discussão, publicação que se intitule feminista. Nesses quinze anos em que o feminismo foi conquistando espaço em uma sociedade extremamente machista, patriarcal e autoritária, uma realidade se impôs: um número cada vez maior de mulheres se interessa por entender o que é o feminismo, por se organizar por seus direitos como mulher, por lutar contra sua opressão específica.

Não é mais uma novidade a realização de algum evento, discussão, publicação que se intitule feminista. Nesses quinze anos em que o feminismo foi conquistando espaço em uma sociedade extremamente machista, patriarcal e autoritária, uma realidade se impôs: um número cada vez maior de mulheres se interessa por entender o que é o feminismo, por se organizar por seus direitos como mulher, por lutar contra sua opressão específica.

O surgimento de Comissões de Mulheres em sindicatos, partidos e diferentes entidades, a multiplicação de grupos de mulheres que se identificam com aspectos desta luta específica nos setores populares, a resposta crescente às atividades gerais do movimento de mulheres — como o 8 de Março ou a realização dos Encontros Nacionais Feministas, nos últimos anos — deixa claro que o feminismo tem à sua frente um campo fértil, e já semeado, para se constituir como uma força política massiva, capaz de organizar as mulheres como uma força social em choque com esta sociedade, que combina as divisões de gênero e classe como fundamentos de dominação.

O feminismo e a organização própria das mulheres, no movimento autônomo ou nos espaços construídos dentro de outros setores do movimento social — que se combinam e se complementam na construção do movimento de mulheres — conquistou o direito de falar em cada canto do país contra a opressão das mulheres e a legitimidade de lutar contra essa opressão que só é garantida pelo embate cotidiano.

Feminismo e poder

Opressão de gênero e exploração de classe, patriarcalismo e capitalismo, são faces da mesma moeda. A libertação das mulheres está imbricada à luta pela libertação de todos os dominados.

Para que as práticas sociais e políticas construídas pelo feminismo possam enriquecer a todos, devem recusar a tentação autoritária de se erigirem em um novo modelo absoluto, respeitando as diferenças e aceitando conviver com os métodos de luta dos demais oprimidos

nação de gênero submete todas as mulheres, das diferentes classes, aos poderes e privilégios masculinos. A violência doméstica é talvez a denúncia mais clara desta realidade.

Já no século passado, a discussão marxista sobre o direito ao trabalho das mulheres, sobre o papel da família, a tentativa de compreensão da origem da opressão das mulheres, se constituíam sob uma ótica da "questão feminina como questão social" e, desta forma, criaram elementos para a compreensão de alguns aspectos da situação das mulheres na sociedade burguesa. Mas prisioneira dos limites de seu próprio tempo, e sem entrar no universo da existência de uma dominação de gênero, não construiu os instrumentos para integrar a luta pela libertação das mulheres à luta de todos os oprimidos.

Até a década de 1960 permaneceu, tanto no movimento sindical quanto nos partidos operários, uma visão de subordinação absoluta da luta das mulheres à questão de classe. Em decorrência, o papel das organizações próprias de mulheres, quando consideradas úteis, era o de linha auxiliar da luta de classes. Sem falar na prevalência de uma visão reformista, onde o específico se reduzia à luta por direitos iguais, ou aos direitos da mulher trabalhadora. E, além disso, retrocedendo até mesmo da discussão marxista anterior sobre o papel da família, ao trabalhar num enquadramento ideológico de exaltação da maternidade. Este é um aspecto que na América Latina encon-

tra um campo fértil também na organização desenvolvida pela Igreja, principalmente entre as donas-de-casa e no movimento popular.

A ruptura do feminismo

É o desenvolvimento do feminismo, a partir dos anos 60, a nível internacional, que traz a necessidade de se integrar a dimensão da dominação de gênero à luta de classes, compreendendo que esta dimensão não pode ser reduzida aos conflitos de classe. Na verdade ao buscar compreender como se estrutura o sistema de opressão específico das mulheres, e a sua inter-relação com as diferentes estruturas de poder na sociedade, o feminismo passou a cobrar o estatuto político de questões até então relegadas para o âmbito do pessoal.

Negando a divisão estanque entre o público e o privado, no plano do político e do pessoal, o feminismo vai trazer à tona e expor as expressões de poder e submissão das mulheres, na definição dos padrões de sexualidade, nas relações entre os sexos, na definição dos padrões de sexualidade, nas relações entre os sexos, na divisão de papéis na família e na sociedade. Desta forma, "a primeira idéia com a qual é necessário romper é a que se refere à existência de uma oposição entre o pessoal e o coletivo, de uma ruptura entre a esfera do privado e a esfera do político. Esta distinção é um dos elementos ideológicos mais importantes, utilizados pela burguesia, para impedir o surgimento da

solidariedade entre os oprimidos e, nesta medida, ao desenvolvimento, entre eles, de uma consciência política."⁽²⁾

Além disso, é o feminismo que introduz uma nova ótica na compreensão do papel econômico da exploração e opressão das mulheres na manutenção da dominação capitalista e dos privilégios masculinos, ampliando a compreensão da superexploração da mão-de-obra feminina para além da que se desenvolve no mercado de trabalho. Pode, assim, desvendar os diferentes mecanismos desta exploração e associá-los à educação diferenciada das mulheres, seu papel na família, e na fundamentação essencial no trabalho doméstico e no controle sobre sua capacidade reprodutiva.

Enfoques equivocados

Desta maneira, o feminismo questiona as duas formas simplificadoras de abordar a opressão das mulheres: as visões economicistas e as ideologizantes. No primeiro caso, é checado o enquadramento da opressão das mulheres apenas como um aspecto da dominação de classes e, portanto, as posições que afirmam que só as mulheres trabalhadoras são consideradas oprimidas. (Ou no máximo as donas-de-casa, esposas ou mães solteiras, de maridos, ex-maridos ou pais não assumidos da classe trabalhadora.) Decorre daí também a subestimação, ou mesmo a negação da necessidade de construção de

um movimento autônomo de mulheres.

No segundo caso, a opressão das mulheres é vista como um problema cultural e ideológico, onde o papel do feminismo é reeducar homens e mulheres, em novos valores. Desta forma se desconsideram as bases materiais da opressão das mulheres e das contradições objetivas entre os sexos, em função dos privilégios que os homens desfrutam com esta opressão.

A organização própria das mulheres e sua capacitação como dirigentes de sua própria luta é que garantirão que a nossa libertação esteja integrada a um projeto de construção de uma sociedade sem exploração e opressão. Mas isso só pode se dar de forma efetiva a partir da força própria das mulheres e de uma política feminista que inter-relacione a dominação patriarcal e a exploração capitalista, atacando os mecanismos utilizados para a reprodução e manutenção desta opressão. A situação das mulheres nos países que passaram por experiências revolucionárias só reforça os argumentos de que a análise da situação das mulheres no capitalismo, apenas a partir da sua situação de classes, não dá conta de responder às contradições de gênero — inclusive pela razão de que apenas os partidos, os sindicatos, os movimentos gerais, são incapazes de garantir os interesses das mulheres.

Potencial revolucionário

A luta contra a opressão das mulheres exige o rompimento com padrões de desigualdade e estruturas de poder muito mais arraigados na consciência dos indivíduos, na cultura, e mais antigos historicamente, do que a dominação de classes. Como diz Perry Anderson, "derrotar suas estruturas requer uma carga igualitária muitíssimo maior de esperanças e energias psíquicas, do que a necessária para eliminar a diferença entre as classes (...). Qualquer movimento que encarne valores capazes de realizar uma sociedade sem hierarquia de gêneros seria constitutivamente incapaz de aceitar uma sociedade fundada na divisão de classes. Nesse sentido, o governo do capital e a emancipação das mulheres são — histórica e praticamente — irreconciliáveis"⁽³⁾

No entanto, a opressão das mulheres ao perpassar todas as estruturas da sociedade, ao se reproduzir no âmbito do público e do privado, por estar enraizada no seio dos próprios oprimidos, se constituindo como relações de poder muitas vezes difusas, dificulta a sua constituição como uma luta globalizada capaz de manter sempre alvos claramente definidos. Também por isso, a construção dos instrumentos de libertação das mulheres exige a nossa participação organizada dentro das organizações dos trabalhadores, ao mesmo



Memória do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe.

tempo em que é essencial a constituição do movimento autônomo de mulheres.

Feminismo e socialismo

Em função das contradições de gênero e classe, as mulheres — e o feminismo — se vêem diante da situação de ter que disputar a legitimidade para a sua luta dentro dos espaços de organização independente dos trabalhadores, seja no movimento sindical, nos partidos políticos ou nos diferentes movimentos sociais. Uma legitimidade que significa não apenas garantir que a luta contra o papel subordinado das mulheres faça parte destes projetos políticos que disputam o poder na sociedade, mas combater cotidianamente as relações de poder existentes entre os sexos reproduzidas no seio das próprias organizações do proletariado. É o reforço desta luta se faz pela sua constituição também in-

mulheres trabalhadoras ou a militância partidária. A não ser que acreditemos em um paráiso feminista em algum canto do planeta, o que não parece a hipótese mais provável.

Novas práticas políticas

Ao buscar se contrapor às formas de poder tradicionais na sociedade, buscando desvendar o caráter autoritário desse poder, o feminismo buscou construir novas práticas políticas, que respeitassem as diferenças sem transformá-las em desigualdades. No entanto isso requer um repensar constante destas novas práticas e o enfrentamento das contradições advindas de nossa própria situação subordinada na sociedade. A superação dialética das práticas políticas tradicionais não pode significar a negação dos métodos de luta de todos os outros oprimidos. Por outro lado, se criam novos padrões de conduta e procedimento políticos que, ao serem considerados como os únicos corretos, são impostos através de uma nova forma de autoritarismo, tão brutal como o exercido em outros espaços da sociedade (com o agravante de procurar apresentar-se como anti-autoritarismo).

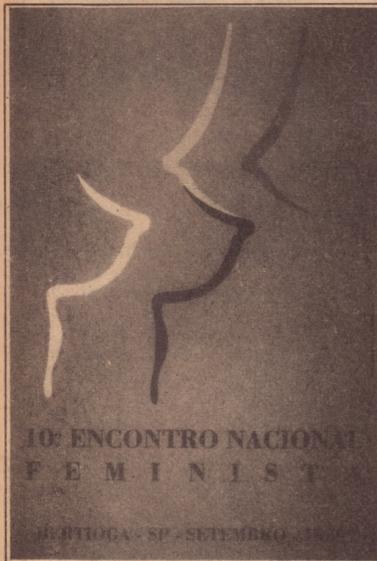
Para as mulheres, romper com o privado, buscar ocupar o público integrando estas duas dimensões como determinações de um projeto político, econômico e ideológico, significa superar barreiras que são construídas por uma aprendizagem para a subordinação. Muito desta aprendizagem se constitui em medo de enfrentar o poder masculino onde ele se organiza. Sempre é mais fácil se ausentar e permanecer no nosso espaço do privado, apenas entre mulheres, nos colocando à margem das disputas sociais.

As condições para a construção de novas relações, não-opressivas, entre os indivíduos, grupos e poderes exigem uma disputa por estas questões em uma dimensão global. Se ainda acreditamos nas palavras de Simone de Beauvoir, de que não nascemos mulher mas nos tornamos mulher, temos que construir os instrumentos para transformar os poderes que nos tornam oprimidas.

A melhor medida do espaço real que conquistamos na sociedade são condições concretas de vida das mulheres. E esta medida ainda nos diz dos limites de nosso poder.

Nalu Faria é Coordenadora do SOF e participa da Comissão de Mulheres do PT da Zona Sul.

Notas
(1) Marx e Engels — Manifesto Comunista In *Textos* vol. 2. São Paulo, Edições Sociais, s.d.
(2) Rosa Olivares — Por uma abordagem revolucionária da questão sexual In *Marxismo e Feminismo Cadernos Democracia Socialista VIII*. p. 33
(3) Perry Anderson — A crise da crise do marxismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987. p. 105



Nalu Faria

A relação entre os movimentos de luta pela libertação das mulheres e a luta dos trabalhadores, enquanto classe, tem sido muitas vezes, uma relação de conflitos. Se é verdade que "a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes", constituindo dois vastos campos diametralmente opostos, a burguesia e o proletariado⁽¹⁾, também é verdade que nem mesmo a entrada das mulheres no mercado de trabalho lhes garantiu a "igualdade proletária" da exploração de classes.

A exploração de classe combinou-se com o domínio milenar do patriarcalismo, com a dominação de gênero, reproduzida cotidianamente pela ação direta do capital ou de seus representantes, e pelos próprios companheiros de classe. Da mesma forma, a organização dos instrumentos de luta dos trabalhadores, o movimento sindical independente, seus partidos políticos, não garantiu a defesa das reivindicações das mulheres ou a construção de políticas que ataquem os fundamentos de sua opressão. Além disso, a domi-

Ação Afirmativa

A questão da ação afirmativa é uma ilustração interessante de como trabalhar concretamente a articulação entre as lutas pela libertação das mulheres e as relações do poder estabelecidas na sociedade. O sistema de opressão patriarcal — imbricado com os mecanismos de exploração de classe — conduz a uma situação de desigualdade e inferiorização das mulheres frente aos homens nas várias esferas da sociedade. Nas possibilidades de educação, oportunidades de emprego, promoção funcional, participação política e reconhecimento social, as mulheres confrontam-se com os homens em uma situação desfavorável.

As faixas disso são múltiplas: a educação diferenciada e o processo social de construção da personalidade femini-

na, a segregação de profissões (masculinas e femininas), a estruturação de papéis na família e sua projeção na sociedade (e vice-versa), a repressão social aos que fogem dos papéis socialmente estabelecidos etc. Elas criam um ponto de partida social desfavorável na relação entre homens e mulheres, nas empresas, nos movimentos, nos sindicatos, partidos, postos de mando social e político.

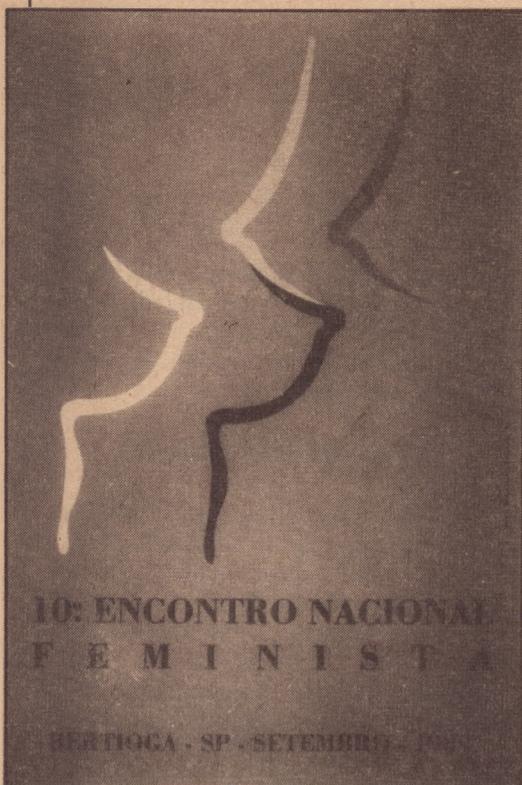
As medidas de ação afirmativa (ou positiva) são tentativas de contrabalançar esta situação social desfavorável, através de processos conscientes de promoção das mulheres (ou de qualquer grupo — nacional, racial ou étnico — que enfrenta barreiras para encontrar um espaço social e político semelhante aos demais). Isso se dá, em

geral, através do estabelecimento de um sistema de cotas e/ou prioridades, de um lado, e estímulos, de outro, que reservam para mulheres uma determinada porcentagem de posições ou vagas para admissão em empresas (para certos tipos de funções onde se avalia que exista uma segregação, preconceito ou situação de desigualdade) em promoções internas e para bolsas de estudos, cursos de aperfeiçoamento, para posições de direção em entidades de massa e partidos, para indicações em listas de candidatos a eleições etc.

Estas medidas são, em muitos países, conquistas dos movimentos sociais e, em particular, do movimento de mulheres dos anos 70, e terminaram por penetrar na atividade prática cotidiana dos setores progressistas da sociedade.

É um procedimento adotado em legislações e programas governamentais (nos Estados Unidos bastante golpeado pelos cortes nos gastos sociais aplicados pelo governo Reagan), alguns partidos de esquerda (socialdemocratas, comunistas e revolucionários), certas entidades da igreja progressista e, pontualmente, algumas entidades sindicais e populares.

As políticas de ação afirmativa são a materialização de uma oposição tanto às visões economicistas como às visões ideologizantes das raízes da opressão das mulheres, enfatizando a importância da luta de massas e da materialização dos avanços obtidos em medidas que os consolidem em posições menos desiguais pelo menos em certos espaços sociais.



* **Maria Luiza da Costa**

Há temas em nossa sociedade que são encarados tabus. Um deles é o aborto.

Os interesses econômicos envolvidos com a prática clandestina do aborto; as condições das crianças que nascem sem a mínima estrutura social e afetiva; a prática do aborto em outros países, inúmeras poderiam ser as opções para abordar este assunto. No entanto, nosso ponto de partida é o do movimento das mulheres: o questionamento do direito ao aborto é uma forma de exercício de poder sobre o corpo da mulher.

Uma experiência vivida por milhões de mulheres

As estimativas da Organização Mundial da Saúde de 1987 falam de 4 milhões de abortos clandestinos no Brasil, o que significa mais de 10 mil por dia, mais de 7 por minuto, o que totaliza 10% dos abortos praticados em todo o mundo. E 400 mil mulheres morrem em função das complicações causadas pelas péssimas condições em que são feitos, o que coloca o abortamento como a maior causa de morte entre as mulheres brasileiras, superando doenças como o câncer da mama e até acidentes de trânsito.

Esses casos ocorrem com uma incidência muitíssimo maior entre as mulheres das classes populares e média baixa, que são justamente os segmentos da sociedade que não têm condições de recorrer às clínicas que possuem um mínimo de estrutura de pessoal, de equipamentos e de higiene adequados. Por isso, movidas pelo desespero, são obrigadas a recorrer ao que podem: tomam as mais variadas misturas, introduzem talos de mamona, agulhas de crochê, etc. As histórias são muitas, a solidão imensa e as consequências para essas mulheres, na maioria das vezes, irreversíveis.

Outro aspecto que deve ser considerado é a idade das mulheres que abortam. Segundo dados divulgados no 12º Congresso Mundial de Ginecologia, realizado no ano passado, dos 15 milhões de adolescentes brasileiras — entre 10 e 19 anos — um milhão engravidam e 40% delas voltam a engravidar em um período de dois a três anos após o primeiro parto. Isso nos conduz à

conclusão que grande parte das mulheres que recorrem ao aborto são pobres e jovens.

A exigência de leis que defendam nossos direitos

O movimento de mulheres se organizou durante a Assembléia Nacional Constituinte para encaminhar suas propostas aos congressistas. Entre outras coisas, reivindicava a discriminação do aborto e que o estado garantisse assistência e condições para que, quando a mulher decidisse fazê-lo, o fizesse de forma consciente, tendo garantia de assistência médica e psicológica. Essa reivindicação, como tantas outras, acabaram por não ser aprovadas.

A nova Constituição reconhece a

um caso de saúde pública. Ele também o é, mas longe de ser somente isso. Atualmente é uma das formas mais descaradas de manter o controle sobre o corpo das mulheres. Controle por parte do Estado, da família, da igreja, da medicina e dos homens em geral.

O Estado assume para si a responsabilidade de legislar sobre o direito individual da cidadã de optar se deseja ou não ter filhos. Impõe sua política às mulheres ora para atender seus desejos controlistas, ora para caracterizar seu bom relacionamento com a igreja.

Quanto a religião, ela joga um problema, que é de decisão individual, para outra esfera, a do espírito. E ao fazer isso propaga contra o exercício da liberdade individual. Além disso, a Igreja fortalece a construção do papel da mulher dentro da família, onde lhe é imposto o papel de procriadora, man-



existência do direito à vida desde o nascimento, mas nada menciona sobre a questão do aborto. Enquanto não ocorre a regulamentação por lei ordinária, prevalece o atual Código Penal de 1940, que criminaliza a interrupção da gravidez, salvo os casos de estupro e de risco de vida para a mãe.

Mas é bom lembrarmos de que a hipocrisia também está aí presente. O Código está aí, no papel, mas não é aplicado, a mulher acaba recorrendo ao aborto clandestino para escapar da peregrinação jurídica que se defrontam as que buscam o aborto legal.

Muitos decidem quando a decisão é de uma

Este é um quadro que tem todas as cores para caracterizar o aborto como

tenedora do lar, reprodutora da ideologia burguesa — um ser subalterno e submisso.

Para os que querem controlar o corpo das mulheres, a sua sexualidade só é considerada enquanto associada à reprodução.

Condena-se assim o exercício de uma sexualidade onde as necessidades e desejos rompem com os papéis que a sociedade e a ideologia dominante legaram às mulheres.

Outro poder que se configura como pesadelo cotidiano é o poder médico. Verdadeiras máfias, as clínicas clandestinas para realização de aborto se constituem em negócio altamente rentável. Também nos hospitais, as mulheres com complicações resultantes de um aborto são maltratadas, vilipendiadas, não encontram o menor apoio afe-

tivo. São consideradas como seres indignos de atenção e respeito como se tivessem cometido hediondos crimes, fossem culpadas por quererem decidir sobre seu próprio destino.

O controle sobre o próprio corpo

Medo de ser punida pela lei, falta de dinheiro para fazer um aborto em condições adequadas, culpa por romper com os padrões que a moral burguesa incutiu durante anos. A educação para ser mãe, mesmo que isso signifique cuidar do filho sozinha, abandonar os projetos pessoais e profissionais. Sua vida inteira ela ouviu que ser mãe é padecer no paraíso. Sobre tudo ser mãe é sagrado. Mesmo que o Estado não dê condições e os maridos não compartilhem. Com todas essas imagens povoando sua cabeça e sentimentos ao decidir fazer o aborto, a mulher vivencia a solidão de não poder contar com a maioria dos familiares e amigos que a cerca. É uma situação vivida a todo minuto por milhares de mulheres.

Lamentavelmente muitas delas não têm a consciência de que, com suas atitudes, estão exercendo um direito individual legítimo, que é o mínimo que se pode esperar de uma sociedade democrática, onde os cidadãos possam dispor de seus próprios corpos.

Por isso tudo, a luta pela libertação das mulheres, o feminismo, "tem como aspecto central o direito das mulheres decidirem se querem ou não ter filhos, em que momento, e quantos, sem a imposição de outros interesses, do Estado ou da classe dominante. E, à medida que as mulheres se tornam conscientes dos seus direitos e necessidades, à medida que se desenvolvem política, cultura, e profissionalmente, em que cada vez mais negam a imposição maternidade como um fardo ou uma obrigação, e buscam os meios de a exercerem ou não como uma opção consciente". Livre de pressões sociais, religiosas, familiares e legais, conscientes de que o aborto não é um método anticoncepcional, mas é o último recurso do qual lançam mão para interromper uma gravidez indesejada.

Esses aspectos apontam para a necessidade do movimento feminista assumir a luta pela legalização do aborto como uma de suas metas prioritárias. E, no mínimo, exigir que o Estado, assim como ocorreu na Prefeitura de São Paulo, garanta o atendimento aos casos já estabelecidos no Código Penal.

Maria Luiza da Costa é militante feminista. Participa do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo e da Secretaria de Mulheres do PT de São Bernardo do Campo.

Prefeitura de São Paulo

Conflitos entre o administrativo e o político

A administração petista não construiu, após oito meses à frente da prefeitura de São Paulo, um perfil mais claro, nem saiu da defensiva. A inércia e posturas administrativistas têm acabado prevalecendo, dificultando a articulação entre a ação administrativa e iniciativas políticas. E o processo de democratização da gestão enfrenta obstáculos importantes. Mas passos mobilizadores também estão sendo dados.

José Corrêa

Passados oito meses, já se acumularam elementos suficientes para fazermos um balanço mais objetivo da gestão que o PT vem realizando à frente da prefeitura de São Paulo. É um balanço indispensável, porque esta administração se transformou na vitrine do partido, sua atuação tem uma ampla repercussão sobre a luta de classes, tanto em escala local como no cenário nacional.

Os meses iniciais do governo foram marcados por uma justificada postura de prudência. Isso era determinado pela necessidade de conhecer e controlar uma máquina de 130 mil funcionários na administração direta; desmontar as armadilhas deixadas por Jânio Quadros (caixa a zero, dívidas de curto prazo relativas à prestação de serviços essenciais, tarifas comprimidas etc.), e montar direções para áreas-chaves.

Os problemas mais visíveis surgidos foram equacionados na área da habitação, e o comércio ambulante.

Pôde ser iniciada uma inversão de prioridades, materializada principalmente na paralisação ou cancelamento das grandes obras viárias iniciadas pelo governo Jânio (beneficiando o capital imobiliário e as grandes empreiteiras), cujos recursos foram direcionados para as áreas de transportes, habitação e abastecimento.

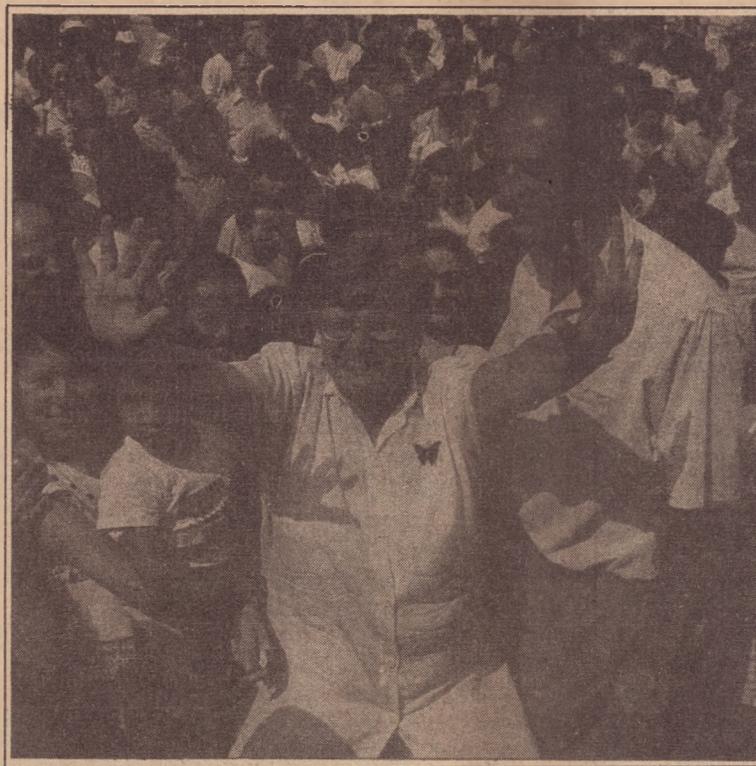
A posição de apoio conseqüente à realização da greve geral de 14 e 15 de março foi outra clara demonstração, essa perceptível por toda a população, de que o PT não hesita em utilizar as posições conquistadas no plano institucional para implementar seu programa.

O pesado cerco da burguesia

O cerco montado pela burguesia nestes primeiros meses não se arrefeceu e, pelo contrário, ganhou uma grande constância pela atuação dos meios de comunicação de massa que mantêm um holofote ampliando cada problema que surge nas nossas administrações, procurando desgastá-las e igualá-las às dos demais partidos.

A burguesia tem, coerente com a defesa de seus interesses mais gerais, adotado perante as prefeituras petistas, uma atitude sem complacências de luta de classes.

A política do PT de ampliar os investimentos nos serviços públicos, comba-



ter sua privatização e avançar na sua estatização, choca-se frontalmente com a política econômica e o pensamento neoliberal e antiestatizante, hoje hegemônico no campo burguês.

A economia brasileira, além disso, atravessa um quadro de crise prolongada, que tem como uma de suas conseqüências a apropriação dos fundos pelos mecanismos de manutenção da taxa de lucro do capital monopolista (ciran-da financeira com títulos da dívida pública, subsídio a estes setores etc.). Os fundos públicos que poderiam e deveriam estar disponíveis para a expansão da estrutura de prestação de serviços ao povo trabalhador estão direcionados, pelos governos federal e estadual, para outras áreas.

A luta contra o governo central

Frente ao cerco que sofre, justificando do ponto de vista da burguesia, e de enorme contradição entre a política que sustentamos e a hoje implementada pela burguesia no país, uma avaliação fria mostra que a administração municipal petista de São Paulo vem encontrando dificuldades de formular respostas à altura do papel que ocupa no cenário nacional, de se afirmar e se impor politicamente.

No decorrer dos últimos meses foram desenvolvidas poucas iniciativas na luta contra o governo federal: uma

mobilização na área da habitação, o episódio das vacinas de meningite (que atingia igualmente ao governo do estado) e uma manifestação pela liberação de recursos da prefeitura retidos pela Caixa Econômica Federal, além das iniciativas de formação da Frente de Prefeitos (que tem repercutido muito pouco). Na ausência de fatos políticos de maior contundência, a tensão presente na relação com o governo federal não fica clara para a população e as bases para um processo de mobilização ampla não são paulatinamente construídas.

Ora, o estabelecimento de uma ampla disputa contra os governos federal e estadual é, no quadro que vivemos, uma condição indispensável para atingirmos nossos objetivos e propiciarmos o desenvolvimento do movimento de massas.

Este quadro tem como contrapartida impugnar qualquer linha de orientação que pretenda viabilizar uma administração petista fundamental ou privilegiadamente por reformas, por uma extensão dos serviços e da assistência prestados à população. Naturalmente, passos limitados podem ser dados neste sentido, melhorias pontuais devem ser garantidas e faremos tudo que pudermos para que isso se efetive. Mas uma orientação que privilegie o atendimento das gigantescas demandas acumuladas pela população carente, que pre-

tenda viabilizar-se tecnicamente, por uma gestão "competente" dos serviços públicos, choca-se com a falta de recursos e só pode conduzir à frustração popular, resultando inevitavelmente no desgaste de nossos governos municipais perante nossas bases sociais (como aliás de quase todos os governos no Brasil).

Nosso ponto crítico

As dificuldades de traçar e implementar uma política mais consistente de relação com os governos federal e estadual é, na realidade, só a expressão de um problema mais geral. O ponto crítico que a administração de São Paulo (e de uma maneira geral o conjunto das administrações petistas) enfrenta, e que se não for superado pode inviabilizá-la, é justamente conseguir **articular a ação administrativa a iniciativas políticas de caráter mobilizador e de grande incidência sobre as disputas políticas em curso, tanto na cidade como no país.**

O tom geral que tem prevalecido na administração é tecnicista, administrativista e, em alguns setores, até mesmo burocrático. Nota-se a ausência de uma concepção alternativa de como fazer política cotidianamente na administração, uma referência comum que seja desdobrada nas várias áreas. Parece que há um acomodamento à poderosa máquina administrativa, aos interesses de corporações nela incrustadas e as estruturas de clientela que aí vicejam. A força de inércia da máquina prevalece sempre que não há uma sólida vontade política impondo um rumo diferente. E os interesses dessa máquina são diferentes e, em geral, opostos aos dos trabalhadores e do PT.

Isso tem provocado uma grande desorientação da militância petista, que esperava ver na prefeitura um instrumento de muito maior incidência na luta de classes. Essa desorientação é aprofundada também pela fragilidade do partido na capital e pelos problemas de sintonia na relação com a administração, que têm dificultado que ele cumpra seu papel de espaço de elaboração das orientações fundamentais para a administração.

Ora, é justamente o partido, cujo distanciamento da gestão cotidiana da máquina burocrática da administração e das demandas populares que para aí fluem, que tem, estruturalmente, melhores condições de servir de fórum

privilegiado para a elaboração política. E a ausência desta atuação partidária dirigente aprofunda a desorientação da militância.

A desorientação está presente, por motivos diferentes, também nos movimentos sociais que dirigimos. Toda relação dos setores organizados ou semi-organizados dos movimentos populares com o Estado foi até hoje, no Brasil, uma relação fundamentalmente corporativa, reivindicando o atendimento de suas demandas imediatas por melhores condições de vida. Mas a concepção que exclusiviza ou destaca de forma unilateral apenas este aspecto da política de massas é incapaz de constituir-se no eixo de uma política revolucionária nas condições do capitalismo brasileiro.

Assim, um curso político para as prefeituras que se baseie na articulação das medidas técnicas, da gestão mais competente possível dos recursos a que temos acesso, com iniciativas de luta política contra os responsáveis pelas dificuldades do povo, implica em desenvolvermos uma consciência política superior no movimento popular urbano. Implica em democratizarmos as instituições da prefeitura num amplo, efetivo e massivo processo de participação popular nas grandes deliberações, em construirmos novas referências políticas, em conduzirmos uma luta sem tréguas aos governos estadual e federal.

A greve do funcionalismo

Os problemas mais recentes que tem enfrentado a administração ilustram bem em que medida o administrativismo e o tecnicismo se manifestam e provocam graves problemas.

A política salarial definida para o funcionalismo no início do ano foi a principal expressão do esforço da nova administração para valorizar os trabalhadores que prestam serviços e serão os executores de boa parte de nossa política. Trata-se de um setor estratégico que devemos procurar transformar em uma sólida base social (no bojo de uma radical reforma administrativa). No entanto, na medida em que a arrecadação foi diminuindo, a política salarial definida passou a ser interpretada de forma diferente pelo sindicato e pela administração e os salários foram comprimidos.

A greve do funcionalismo público municipal eclodiu porque esta questão, eminentemente política — a relação com um setor que é vital para nossas propostas — foi tratado como um problema técnico de orçamento pela administração e, ainda mais grave, porque existia e existe um esforço do Secretário de Administração de desgastar e deslegitimar de todas as formas o sindicato da CUT. Esta secretaria não hesitou inclusive em tentar atribuir o estatuto de interlocutores da administração e entidades sindicais pelegas e fantasmas, esforço que se frustrou apenas devido à incontestada legitimidade conquistada pela direção do sindicato junto à categoria.

O resultado da greve foi positivo: conquistaram-se melhorias salariais para os funcionários operacionais, a maioria da categoria e sua parcela pior remunerada, e tanto a prefeita e a administração, no seu conjunto, como o sindicato e a categoria, saem fortalecidos.

Consolidar e expandir a base social

É claro que em poucos lugares o burocratismo toma uma forma tão brutal, mas o entorpecimento da visão política e adaptação à rotina prevalece na ação cotidiana de mais de uma secretaria.

A greve do funcionalismo é ilustrativa da inexistência de diretrizes de conjunto, sobre como consolidarmos e expandirmos de forma politizada a base social do partido (e da administração).



Este problema não está presente e a ausência desta percepção crítica se reflete na manutenção de relações que variam do paternalismo ilustrado e benevolente de alguns técnicos, passando por visões assistencialistas na relação com a população carente até o clientelismo com movimentos e segmentos da população.

O último problema não se restringe à administração, onde estão mais presentes alguns administradores regionais. Posturas clientelistas são sustentadas sob o argumento de que temos que responder às demandas dos movimentos organizados (quando, na realidade, em muitos casos, estas lideranças estão procurando garantir a prestação de serviços a "seus" movimentos, independente da importância que tenham ou das prioridades de governo).

Os transportes coletivos

O transporte coletivo através de ônibus tem se revelado o ponto crítico e objeto dos maiores enfrentamentos vividos pelas administrações petistas. Foi o caso de Porto Alegre, Santos e Campinas. Esta é uma questão que é decisiva para a avaliação que faz a população das prefeituras.

A política de transportes em São Paulo foi se desenvolvendo empiricamente, sem o estabelecimento de objetivos claros e de estratégias para os alcançar. Inicialmente, trabalhou-se uma abordagem essencialmente técnica: preparar a municipalização do controle dos serviços através da centralização da receita pela CMTC. Isso era acompanhado da idéia de que seria possível viabilizar uma auto-sustentação financeira da CMTC.

pensável para a condução de uma campanha política de massas na área (que foi proposta no início de agosto).

A situação é hoje insustentável: o atual subsídio para o custeio da operação do sistema, apesar de elevado, não permite, na atual estruturação do sistema e no presente patamar tarifário, uma melhoria substancial da qualidade do serviço prestado (o que não implica que melhorias não possam existir, principalmente no plano da CMTC). Estas melhorias passam, substancialmente, pela ampliação da frota do sistema (na nossa proposta, pela ampliação da frota da CMTC), seja pela compra de novos ônibus, numa base de pelo menos dois mil por ano (NCz\$ 400 milhões), seja pela expropriação de empresas particulares (quer seja sua frota, quer seja o seu capital, com a prefeitura assumindo também seu passivo).

Por outro lado, trabalha-se com o início da centralização das receitas pela CMTC ainda em setembro. Uma política de compressão tarifária pode ser útil para forçar setores do empresariado a aceitar o novo sistema de contratação, mas tanto isso como o sistema previsto pela centralização implicam em um substancial aumento do já alto subsídio, o que pode se chocar com os objetivos da estatização. O caminho do confronto com pelo menos um setor do empresariado, aquele que controla as linhas mais rentáveis, parece inevitável.

Trata-se de uma situação limite onde já acumulamos um importante desgaste, que tem que ser rapidamente revertido e que não pode ser equacionado por um raciocínio tecnocrático.

Temos aqui um problema que exige **prioridade concentrada** na alocação de recursos e iniciativa política, viabilizando uma ação exemplar de grande viabilidade nesta área (em detrimento de outras). E ela terá que ser acompanhada de intensos choques e demarcação de campos sociais.

Participação popular e democratização

O PT de São Paulo possuía um importante acúmulo de discussões, se comparado com outros estados, sobre a distinção entre os canais institucionais de participação popular (ou de funcionários) e os conselhos populares, organismos embrionários de poder popular.

No entanto, partimos, nestas discussões, de uma avaliação equivocada de qual era a situação real do movimento popular urbano e da dinâmica que ele seguiria na situação aberta com a posse do PT na prefeitura. Avaliávamos, incorretamente, que ele seria capaz de muito rapidamente, dar origem a organismos autônomos de massa de caráter político.

A realidade, porém, está trilhando caminhos muitos diferentes. O movimento existente ainda não consegue ainda se unificar e superar o corporativismo elementar (apesar dos esforços neste sentido travados por um setor dos movimentos da Zona Leste ligados à Vertente Socialista). Isso inviabiliza qualquer processo de construção, a curto prazo, dos conselhos populares como organismos autônomos, que pos-

sam servir de contrapeso e interlocutores à administração, estabelecendo um certo controle social sobre a máquina.

Nada disso, entretanto, retira a atualidade de buscarmos os caminhos que apontam e acumulam neste sentido, já que é somente o controle popular que pode manter estreitos os laços entre setores da máquina burocrática onde estão hoje submergidas parcelas importantes dos quadros partidários e o movimento vivo dos trabalhadores.

Mas pretender enfrentar este problema prioritariamente através de um processo molecular de reorganização, politização e unificação do movimento popular, que passa inclusive por articulações nacionais (como a da CONAM x Central dos Movimentos) é travar uma luta com armas brancas quando dispomos de artilharia pesada. Neste sentido, foi recentemente formulada pela Secretaria das Administrações Regionais uma orientação sobre como avançar na questão da participação popular, utilizando o potencial da máquina como alavanca neste rumo. Esta proposta parte da necessidade da descentralização da estrutura da administração.

Pela atual estrutura o grosso das decisões são tomadas por secretarias, sem uma articulação regional entre os equipamentos sociais presentes em uma dada região, constituindo-se em estruturas de poder distantes da população e impermeáveis a qualquer controle mais efetivo. A participação popular em São Paulo está ligada à descentralização da estrutura administrativa e a integração das redes de serviço em cada região, estabelecendo aí centros de decisão com poder real e criando mecanismos amplos de participação (conselhos regionais) que permitam à população influir sobre estas decisões (que serão tomadas em um espaço social e político que ela é capaz de compreender e não tem que ser cifrado em códigos dominados por técnicos). Estes conselhos regionais podem vir a se constituir na transição rumo aos conselhos populares autônomos, precipitando o processo de recomposição do movimento popular.

Isso pode e deve desencadear um amplo deslocamento político de segmentos inteiros da população, um processo de disputa de hegemonia sobre setores que até agora estavam sob a tutela de políticos burgueses.

Pois em torno da descentralização já se estabeleceu um claro confronto dentro da administração. Essa orientação implica em retirar atribuições e poderes das atuais secretarias e distribuí-los entre as administrações regionais. E mesmo secretários politicamente mais avançados agem de forma corporativa e mesquinha quando se trata de intervir em sua área. Este processo só não foi enterrado pelo secretariado graças à intervenção pessoal da prefeita, que bancou as medidas para viabilizar o seu prosseguimento. Mas é um braço de ferro entre um projeto político, que encontra sustentação principalmente entre os administradores regionais, de um lado, e o corporativismo e a inércia da máquina, alimentada por dirigentes da administração, de outro (além do corporativismo de algumas lideranças de movimentos sociais setoriais, que te-

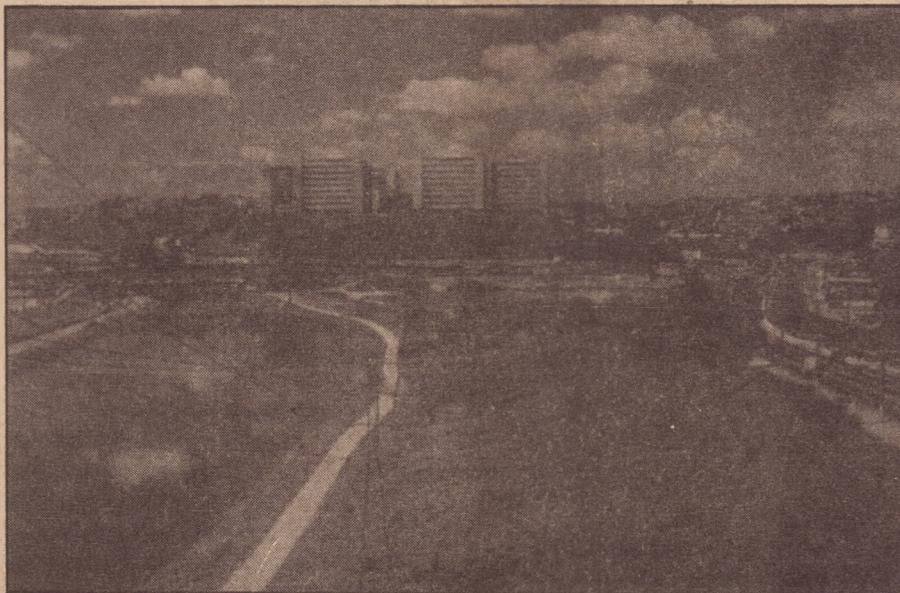
mem perder o espaço que conquistaram na administração).

Para que a política de participação popular possa ser implementada com um mínimo de consistência, ela tem também que ser acompanhada de iniciativas em outros planos. É o caso do envolvimento do movimento sindical, o mais estruturado da cidade de São Paulo. Até agora ele tem tido uma postura de completa omissão frente à administração petista.

Mas os problemas maiores estão na administração. É o caso da área de comunicação social. Na prática ela não está existindo. Não existe nem mesmo um mecanismo de informações sobre o que se passa na administração, o que ela está realizando, para permitir que a militância partidária e as lideranças dos movimentos defendam a prefeitura dos ataques cotidianos que sofre da burguesia.

É o caso também dos métodos de gestão em vigor no dia-a-dia da administração, que em geral não foram ainda substancialmente alterados.

O processo de reforma administrativa desencadeado pela Secretaria da Administração, que deveria permitir



atacar estes problemas foi organizado de tal forma que, no máximo, implicará em disputas entre os interesses corporativos e setoriais da máquina. Sem um rígido enquadramento político, com destaque para o papel que pode ser cumprido pelo partido, e uma ampla participação dos funcionários e da população, é como se pedíssemos para a raposa tomar conta do galinheiro.

Projetos em disputa

Alguns dos termos que utilizamos são bastante duros, mas o período já transcorrido permite começarmos uma discussão mais aguda. A situação defensiva e a perda de espaço político e base de apoio pela administração são resultados de erros ou da paralisia de segmentos da administração, bem como de concepções políticas aí presentes. Isso afeta enormemente os movimentos onde intervimos, o partido e a campanha Lula — os rumos mais gerais de nossa intervenção na luta de classes. A prefeitura de São Paulo constitui-se hoje, pelo seu peso, num componente decisivo do campo popular.

Não existem condições estruturais para o estabelecimento de um projeto re-

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

Diretrizes

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

Próximos meses

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

formista nos moldes europeus no Bracoviver com um desgaste nos dois primeiros anos de governos mas nos recuperamos no terceiro e quarto anos, quando a população perceber o quanto somos diferentes dos outros governos.

Crise nacional



Dez anos da anistia

Anistia assinada em 28 de agosto de 1979, através da Lei 6.683, pretendeu enterrar o tema dos desaparecidos e mortos pela repressão política. Colocava-se uma pedra sobre os crimes de tortura. A contrapartida: uma anistia parcial aos presos políticos.

Na data dos dez anos da Lei da Anistia, em todo o Brasil, retoma-se o debate sobre os direitos humanos e a luta democrática.

Nos dias de hoje, a repressão atua diretamente sobre o movimento operário. O assassinato de dois operários em Volta Redonda é símbolo da repressão da "Nova República". Em quatro anos, a "Nova República" enterrou 533 trabalhadores rurais. Eram 882 as mortes registradas de 1964 a 1984.

A impunidade, com a anistia automática aos assassinos e torturadores da ditadura militar, cobra caro da sociedade brasileira. Hoje, nas delegacias, nos presídios impera a tortura. Os esquadrões da morte aplicam "olho por olho, dente por dente" a pena de morte. Seus alvos são os pobres da cidade e do campo.

Para os trabalhadores a democracia é, antes de tudo, o direito à vida. É a garantia dos direitos humanos para todos.

Neste dia 28, retomamos a luta para que a anistia possa ser efetiva para aqueles que foram discriminados: militares, funcionários públicos aposentados compulsoriamente. Perseguidos e presos políticos que não foram ressarcidos em seus direitos. E evocando aqueles que, mortos ou desaparecidos, não puderam ser por ela beneficiados.

Reproduzimos a seguir, o depoimento de Nei Lisboa, irmão do militante assassinado Luís Eurico Tejera Lisboa, no ato pelos dez anos da anistia realizado em Porto Alegre:

"Lembro da votação da anistia como parte de uma tragédia pessoal infinitamente maior, embora a razão e as histórias possam — às vezes — me con-

vencer de que o inverso também é verdadeiro.

De qualquer forma, entre emoções e fatos, o tempo há de forjar um futuro. Que não se negue o olhar, então, a memória alguma, na exumação de um enterramento por vezes desaparecido, enterrado, mas seguramente vivo.

Faz-se daí a velocidade da vida e a diferença entre o medo de morrer e o morrer de medo.

Ironias não bastam, mas aquecem: chamava-se "Cemitério de Perus" aquele estranho congresso de mortos-vivos onde meu irmão, entre outros, repousara durante sete anos, sete palmos abaixo do chão. Anos em que foi procurado, chorado, esperado, mitificado, lembrado como esposo, filho, irmão e companheiro. Foi ressuscitado para a morte naquela semana de agosto. A mesma semana em que outro congresso de mortos-vivos, quicá outro "Cemitério de Perus", sepultava os anseios de tantos brasileiros.

Ico, assim o chamávamos, tenho certeza — não morreu inocente. Morreu como um guerreiro. Lembro dele, eu com treze anos, ele com vinte e quatro, clandestina e inesperadamente próximo de uma morte anunciada, defendendo com veemência a tese de que Cândido Norberto era um confiável companheiro de esquerda. Me basta para exorcizar a imagem de um herói sobre-humano lutando contra a galáxia do mal. Era um homem, Luís Eurico Tejera Lisboa, de justo codinome Nelson Bueno.

Brilhante, vibrante e saudável revolucionário, sonhador incurável — com a bênção de Deus ainda não havíamos descoberto a cura — me ensinou a fazer pipas. Nelas colávamos, em papel de seda, a alça da mira da ALN. Servia para que apontássemos e atingíssemos, ora o céu, ora os fios de luz atravessados no caminho.

Não se pode acertar sempre.

Mas ele, certamente, não morreu de medo."

Marildo Menegat

Se alguém ainda tinha dúvidas quanto à crise do movimento estudantil, provavelmente depois do Congresso da UNE de São José dos Campos, realizado no ano passado, não as tem mais. Esta crise prolonga-se por mais de dez anos, já é histórica.

São várias as causas que contribuíram para este quadro:

— a lenta agonia da Universidade, que ainda não teve uma resposta do conjunto dos estudantes;

— o mal-estar da ideologia burguesa, a crise dos valores que atravessa as várias manifestações da cultura no país;

— a burocratização das entidades estudantis;

— a fossilização do programa do movimento estudantil e a sua incapacidade de encontrar um papel em um novo contexto da luta de classes.

Fechados nos muros das universidades, os estudantes raramente ousaram sair e contestar nestes dez anos de reorganização da UNE. Nestes muros, protestou-se desde contra o excesso de teias nas salas de aula, os aumentos dos preços nos "bandeiões" e até se fez eleições para reitor. Tudo isso de forma isolada, sem uma dinâmica nacional.

Longe da fecundidade que caracterizou antes o movimento estudantil, a UNE e as entidades estudantis em geral mais foram um palco de encarniçada disputa entre tendências do que um fórum de organização dos estudantes. Este anacronismo burocratizou as estruturas do movimento, as diretorias das entidades passaram a cada vez mais se distanciar das bases e, em suas alucinadas disputas, a ver a democracia como um luxo e não como um princípio de organização.

O último período

A hegemonia reformista da Viração /PCdoB e seus aliados contribuiu em grande medida para esta situação. Ao não querer radicalizar a luta na Universidade, temendo os reflexos desta na conjuntura mais geral, manteve a UNE sob duro controle, agindo em diversas ocasiões de forma burocrática. Após a perda da condição de direção da UNE, permaneceram numa postura divisionista, não participando dos fóruns unitários do movimento.

A gestão de 87/88, já com a presença dos petistas na direção da UNE, criou um amplo leque de esperanças, que foram se construindo na medida em que se imaginava que a superação da crise do movimento se resumiria apenas à equação da mudança de direção ou à reestruturação das entidades. Estas esperanças não se concretizaram.

A superação da crise exige decerto a percepção mais avançada de diversos fenômenos que vêm acontecendo no meio estudantil, como os grupos de estudo, os encontros de áreas, os grupos culturais independentes e tantas outras manifestações, umas mais, outras menos politizadas.

Estes diversos caminhos procurados pelos estudantes, independentemente da UNE e de outras entidades, revelam uma inadaptação — positiva — à falta de democracia nas entidades e de espaços para manifestações políticas que não fazem parte das bulas mais ortodoxas do movimento estudantil.

A recuperação da UNE para uma atividade de massas exige uma nova prática, uma visão mais aberta do que seja o movimento estudantil, sem excluir as correntes e sem ser por estas excluídas dos centros de decisão, sem deixar de discutir os temas mais gerais, mas também não negando a discussão de tantos outros, como juventude, drogas, feminismo, ecologia, que fazem parte da vida de qualquer estudante que tenha um pequeno vínculo com seu tempo, com sua realidade, como se diz, que seja contemporâneo.

A defesa da democracia

A democracia das entidades e da UNE, em particular, não é um capricho de coexistência com posições diferenciadas. A pluralidade que se verifica hoje no movimento estudantil pode vir a se tornar um forte componente na organização e combatividade dos estudantes.

Já alguns anos o debate da **proporcionalidade** enquanto forma de composição da diretoria da UNE vem polarizando os fóruns do movimento. Após algumas experiências negativas — onde ficou demonstrado de forma clara a necessidade da unidade — a defesa da proporcionalidade já não é mais uma simples polêmica, mas um elemento importante nas teses de muitos de seus ex-adversários.

A discussão da reestruturação da UNE começa por este ponto: mais democracia, mais combatividade, proporcionalidade em todos os níveis.

O segundo elemento de reestruturação da UNE é a modificação de sua estrutura interna de diretoria, dando um peso maior para as secretarias de área e a articulação dos estados ou regiões. No primeiro caso, é trazer para a estrutura da UNE a políticas por áreas, fazendo com que o movimento globalmente assumira suas bandeiras.

Diversos cursos já têm uma organização nacional permanente, coordena-

e luta dos estudantes

da por executivas como a Sedune (Direito), Feab (Agronomia), Denem (Medicina) e é fundamental articular estas estruturas com a UNE. Esta ligação maior com as áreas é imprescindível para se aprofundar a discussão de programa para a Universidade.

O segundo elemento envolve uma discussão mais profunda sobre a criação de coordenações estaduais ou regionais, com uma estrutura bem mais simples e ágil do que as atuais UEE's. Estas coordenações seriam UNE's estaduais ou regionais. O que determinaria o campo de abrangência seriam as necessidades objetivas, o número de universidades e a organização do movimento.

Com estas alterações a direção da UNE seria composta de um fórum onde participariam todos os diretores — regionais, secretarias de áreas e executiva — e de uma diretoria executiva.

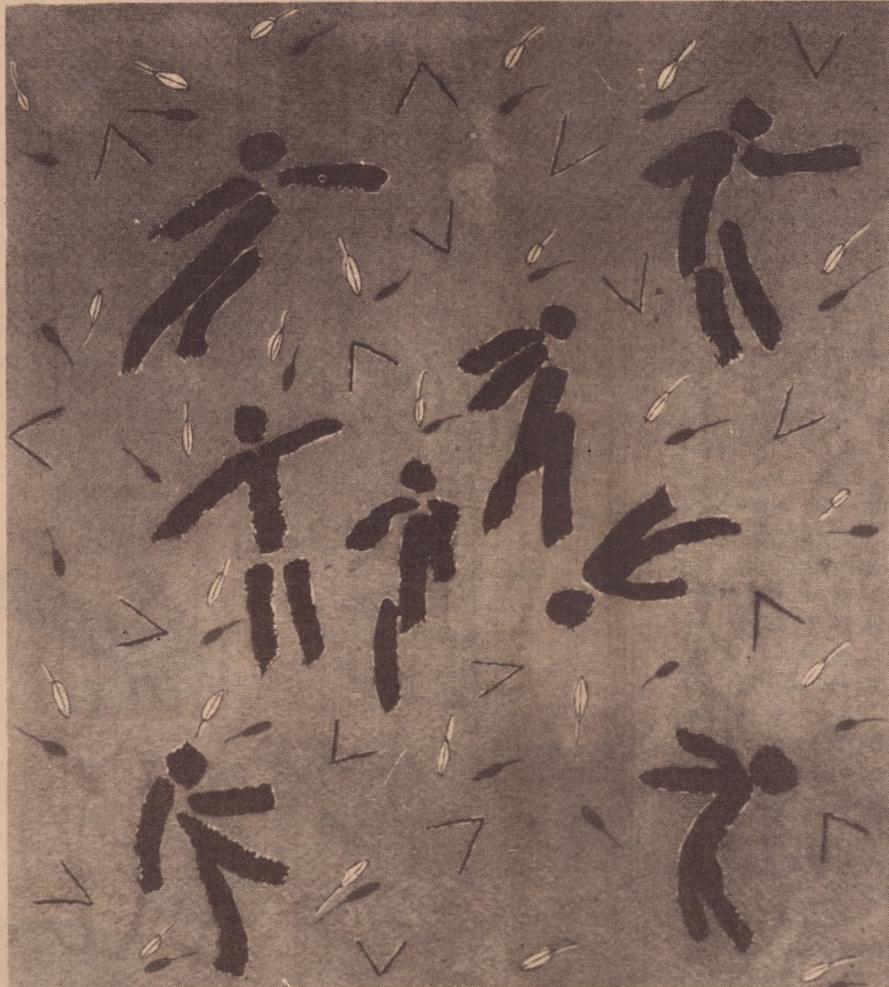
Alfa Beta Ação

Os estudantes cumpriram um papel político importante nas décadas de sessenta e setenta. Mas perderam, em grande parte, a sua expressão nos anos oitenta.

A vanguarda estudantil não se deu conta das enormes mudanças ocorridas na luta de classes. Continuou a repetir e colocar aos estudantes discursos, propostas e projetos já superados, que não percebiam o novo momento histórico e, por isso, eram incapazes de identificar as contradições atuais da sociedade e da Universidade e propor um novo papel para o movimento estudantil.

Não nos parece que este papel possa ser o de ir aos operários com nossas cordas vocais bem educadas, levando-lhes a mensagem do vazio profundo que existe em nossa geração, dizendo-lhes que são explorados e que “o diabo não está no inferno, mas é o satânico FMI e os patrões”. Aliás, esta tese de que o movimento estudantil é um exército de recrutas piqueteiros já foi maravilhosamente ironizada pelo filme “A classe operária vai ao paraíso.”

A aproximação dos estudantes com o movimento operário e popular deve se dar de forma mais consistente e, sem dúvida alguma, existe um campo enorme onde os estudantes podem contribuir para enfrentar as deficiências de formação e informação dos trabalhadores, como assessorias sindicais, de organizações populares etc. Além disso, existe um espaço de luta ideológica, luta para superar preconceitos místicos, folclóricos, raciais, sexuais, que muito contribuem para amedrontar,



dividir e imobilizar a classe operária e outras camadas oprimidas.

A elaboração de um novo papel para o movimento estudantil deve, necessariamente, partir de uma análise da especificidade da identidade estudantil, da instituição na qual estão inseridos e do seu papel e trajetória na sociedade, articulada à estratégia da luta pelo socialismo. É em função desta análise que a tendência Democracia Socialista do PT tem apresentado o programa Alfa Beta Ação.

O Alfa Beta Ação busca se inserir na disputa ideológica que se trava na Universidade através de ações sociais onde os estudantes questionem o conteúdo transmitido e a função da universidade e elaborem alternativas a partir da prática.

O paradoxo hoje colocado pelo desemprego e subemprego de engenheiros civis e arquitetos quando o país tem um déficit habitacional de milhões de unidades; de médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos quando a maior parte da população não tem acesso aos serviços da saúde; de professores, num país de analfabetos e de tantas outras categorias profissionais — que são formadas através de um grande investimento social e individual — que estão nestas condições de subaproveitamento, desvalorização nos apresenta a possibili-

dade de materializar a identidade de interesses dos estudantes com os trabalhadores, através de programas de ação, que articulem estes futuros profissionais às demandas populares em experiências que reforcem os movimentos populares.

As lutas sociais por melhores condições de vida constituem um mecanismo de pressão para a expansão de serviços com a conseqüente expansão do campo de trabalho e valorização social destes profissionais.

O Alfa Beta Ação fundamenta-se nesta identidade de interesses objetivos e pode assumir um caráter de massas — com ampla participação dos estudantes — e politizador, pois está ligado ao cotidiano da sala de aula e à questão do futuro profissional dos estudantes. Seus efeitos retornam para o interior da Universidade através do questionamento prático do perfil do profissional formado e da função social da Universidade.

Desta forma, o Alfa Beta Ação entende a Universidade como um lugar de disputa e se insere nela com um projeto para o movimento estudantil com um caráter de classe, que questiona a formação positivista e propõe um método, baseado na interdisciplinaridade, na relação dialética teoria/prática, no desmascaramento da neutralidade científica.

A universidade em tempo de cólera

A universidade deve se tornar um centro de resistência às ameaças de barbárie que a cercam e lançar pontes para o futuro.

As classes dominantes aprofundaram os laços da Universidade com o seu projeto econômico a partir da reforma universitária de 1968. O colapso do chamado “milagre econômico” e da ditadura deixou a Universidade nua.

A “Nova República”, com o Sr. Marco Maciel, procurou costurar uma colcha de retalhos para encobrir a fâlecia da Universidade. Esta tentativa recebeu a rápida resposta da Comunidade Universitária: o projeto da Comissão de Alto Nível, que depois se transformou em projeto Geres (Grupo Executivo de Reestruturação do Ensino Superior). Mas este projeto acabou indo para a gaveta. Desde então, o MEC só se propôs a administrar a crise.

Em 1989, tivemos mais um ataque ao coração da Universidade. As verbas definidas pelo Congresso eram insuficientes para o funcionamento da Universidade até julho. Na linha da política de contenção de despesas, o governo e o Congresso Nacional propunham às Universidades a dura dieta de sobreviver com a menor taxa desde o golpe de 64. Não bastasse isso, nas universidades pagas as mensalidades foram novamente liberadas, criando uma explosão de preços.

A luta nas universidades federais foi um marco importante: a greve unificada dos funcionários, professores e estudantes, em dezessete universidades, durante setenta dias, levou o governo a um recuo momentâneo mas fundamental.

Além do aperto de verbas e das mensalidades, a questão da autonomia universitária vem explodindo em diversos locais: a luta contra os interventores na UFRGS, na UFBA e em outras federais em que o MEC não respeitou a decisão da comunidade universitária contínua. Os reitores eleitos na UFRJ e na UNB receberam o nariz torcido do ministro da Educação, que não aceita cumprir o artigo 207 da Constituição, que garante a plena autonomia didática, científica, administrativa e financeira das universidades.

Eleger e empossar na própria Universidade o reitor é um passo decisivo no sentido de um maior aprofundamento da democracia da estrutura universitária, realizando de forma combinada a elaboração em fóruns massivos de novos Estatutos livres, soberanos e democráticos.

O novo giro sectário da

É preciso aliar o combate firme à política sectária e aos métodos inaceitáveis da Convergência Socialista à preocupação de trazer os companheiros para uma política afirmativa de construção do PT.

Américo Bernardes

De uns tempos para cá têm se multiplicado incidentes no interior do PT envolvendo ou nos quais há algum envolvimento da corrente Convergência Socialista. Em alguns casos — como no Diretório Estadual de São Paulo — chegou-se a votar uma advertência à CS. Em Timóteo (MG), o prefeito eleito pelo PT era ligado à CS, que rompeu com ele depois da greve do funcionalismo municipal, acusando-o de adotar uma postura patronal na greve. O outro episódio que atualmente está em discussão no interior do PT é o ocorrido em Diadema (SP), onde durante uma invasão de um terreno da Prefeitura houve incidentes que motivaram a aprovação de expulsão de dois vereadores (um dos quais ligado à CS) e do vice-prefeito pelo Diretório local (ver box sobre Diadema). Além destes dois episódios, outros tem ocorrido e podem ser reflexo de uma política geral da CS na sua relação com o PT.

No interior destes eventos, a CS tem buscado capitalizar uma postura de corrente que luta contra a “degeneração do PT”, que defende o “P.T. das origens”, procurando se fortalecer frente a setores do partido. Para isto, a CS se utiliza de toda a munição ao seu alcance, mas principalmente a veiculação de meias-verdades (ou meias-mentiras) e a deturpação de eventos ou declarações.

Apesar de nestes últimos meses a CS ter atacado a corrente Democracia Socialista em quase todas as edições de seus jornais, com a utilização inclusive de métodos infantis do tipo “vigiai porque vossa direção vai traí-los”, não pretendemos dar uma resposta ao que tem sido levantado. Entendemos que é necessário e mais importante pôr às claras o que pretende a corrente Convergência Socialista, porque utiliza estes métodos, em que se fundamentam algumas de suas concepções básicas e quais os pontos centrais neste debate.

A posição de nossa tendência tem sido claramente a de buscar a integração das várias correntes revolucionárias que conformaram e conformam o PT na sua construção e na de

sua direção. Contudo, seria uma omissão muito grande de nossa parte não enfrentar o debate político quando divergências de monta se colocam.

A crise das prefeituras

A CS tem trabalhado a linha de que os principais problemas enfrentados pelo PT têm origem nas administrações municipais. De acordo com a CS, as administrações petistas têm adotado uma linha que “em vez de se enfrentar com os patrões e os governos (estaduais e federal), apoiadas nas mobilizações, vêm se colocando contra elas, tentando fazer uma ‘administração séria’ nos ‘marcos do capitalismo’” (Manifesto CS, agosto 1989). Desta forma, a partir da compreensão expressa pela CS, enfrentam-se hoje no partido dois setores: aqueles que lutam para resgatar as origens do PT e os que rasgam o programa. Neste sentido, a campanha presidencial vai mal porque o PT não denuncia suas administrações municipais.

Na verdade, este tipo de argumentação completamente fantasiosa representa a tradução de uma visão sectária da relação com a política e com os outros setores do movimento operário. É absolutamente fantasioso supor que uma administração petista pudesse garantir a satisfação das necessidades dos trabalhadores, seja nestes oito meses ou mesmo nos quatro anos de mandato. Contudo, a não satisfação des-

tas reivindicações é o argumento decisivo para reconhecer que as administrações (e os setores do partido que estão nelas) já capitularam frente aos governos estaduais e federal e frente aos capitalistas.

Uma coisa é reconhecer que existem problemas e erros importantes nas administrações e buscar construir a partir do PT alternativas para solucioná-los. Outra coisa é ver a todo o momento o universo na eterna luta entre o bem e o mal, entre revolucionários e as massas controladas por direções contra-revolucionárias. Desta forma, expressa-se a consequência natural de uma visão sectária que é a de simplificar e tratar de forma esquemática as complexas condições nas quais se realiza a política e a luta de classes.

Nicarágua e El Salvador

No entanto, a visão expressa pela CS não é uma característica própria desta corrente apenas no Brasil. Em vários momentos importantes da luta de classes a nível internacional, a CS tem estado presente e manifestando posições semelhantes à que expressa neste momento em nosso país.

Em momentos cruciais da luta de classes nos últimos anos, não faltou a voz da CS condenando as direções que dirigiam efetivamente os processos revolucionários. As condenações surgiram pelos mais variados motivos, alian-

do em maior ou menor medida um misto de sectarismo com profundo oportunismo.

Um dos documentos nos quais isto é expresso com maior clareza é o Manifesto do Congresso da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) de 1985 (ver box). Dois exemplos contudo merecem ser citados: o primeiro deles é a luta que a então “Fração Bolchevique” desenvolveu contra a direção sandinista após a vitória da revolução nicaragüense, o segundo é a teoria de que a

As bases de uma política

A política em geral desdobrada pela corrente morenista se alicerça em dois elementos principais. De um lado, em uma visão esquerdista/economicista da conjuntura e da situação da luta de classes. Isto leva a que com muita facilidade possa se chegar à compreensão de que estamos frente a uma situação revolucionária perante qualquer ascenso maior do movimento de massas.

Pérolas do sectarismo

“A essas velhas direções traidoras se somaram novas direções, igualmente incapazes de levar à vitória a revolução socialista internacional. Primeiro foi o auge do maoísmo e do guevarismo. Agora são Fidel Castro, os líderes do sandinismo e da FMNL salvadorenha, os governantes de Angola e Moçambique, Arafat, Khomeini, Lula e Walesa.” (Manifesto, 1985)

“Mao, Tito e Ho Chi Minh não queriam fazer a revolução, e sim compactuar com a burguesia. Viram-se obrigados a tomar o poder pela pressão das massas, mas no dia seguinte instauraram ferozes ditaduras burocráticas contra a revolução.” (Manifesto, 1985)

“Nosso movimento (trotskista) atravessa uma grave crise, porque as correntes que o integram, com exceção da nossa e de alguns grupos e partidos nacionais, capitulam a direções traidoras.” (Manifesto, 1987)

“Quem tem culpa de que Honduras seja o centro de operações da ‘contra’ (dos contra-revolucionários)? Sem dúvida, a FSLN e Fidel Castro. Nem bem tinha sido vitoriosa, a FSLN poderia estender sua revolução para derrubar as ditaduras de Honduras e de El Salvador, fazendo duas novas Nicarágua. Mas a FSLN se negou a fazer isso.” (Moreno in Correio Internacional, ano 1 n.º 3, agosto de 1987).

ofensiva final declarada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em El Salvador em 1981 havia sido planejada para dar errado pela própria FMLN, a fim de que o processo revolucionário se enfraquecesse em El Salvador.

A corrente morenista expressa, nos vários cantos onde está presente, uma visão de que é, na verdade, a única corrente revolucionária (ver citação do Manifesto da LIT). As demais ou são vacilantes, ou são centristas ou já capitularam há muito tempo.

No documento que encaminham à convenção preparatória do VI Encontro Nacional do PT na cidade de São Paulo, os companheiros da CS afirmavam: (...) Estes são apenas alguns elementos que demonstram que o regime político está em crise. Apenas as Forças Armadas mantêm-se essencialmente intactas, porém sendo atingidas por movimentações subterrâneas no caso do Exército, e semipúblicas, nos casos das PM's, por reivindicações salariais.

É o ascenso das massas tra-



Convergência Socialista

balhadoras, a sua disposição para o combate, o início de ações que radicalizam os métodos de luta, como ocupações de fábricas e de terras, que tem sido o fator decisivo da agudização da crise do regime, ou seja, uma situação em que "os de cima não podem mais continuar governando e os de baixo não querem mais continuar sendo governados. Vamos, portanto, para o aprofundamento de uma situação revolucionária no Brasil."

De outro lado, sua atividade baseia-se em uma visão sectária da política e uma relação sectária com as direções existentes no movimento operário.

cepção embala uma linha de desprezo por qualquer direção presente no movimento.

Desta forma, não importa onde ou quando, o que interessa é se construir e traçar uma política para que as massas, ou as bases de direções vacilantes ou centristas venham a aderir ao programa dos morenistas, o único programa revolucionário. É necessário construir políticas para que estas mesmas bases ou as massas rompam com suas direções, reconheçam que suas direções são na verdade um impedimento à revolução e à vitória final.

A partir desta linha geral é

Neste sentido, é necessário construir um bloco de oposição à direção do PT e da CUT. Como também é necessário denunciar a capitulação do setor majoritário nas administrações públicas.

O aprofundamento desta política leva a CS a se caracterizar cada vez mais como fração pública do PT. Cada vez mais é necessário radicalizar políticas para demarcar um espaço próprio e capitalizar as críticas que desenvolve — fora do partido ou às suas margens — para disputar com a direção. Cada vez mais esta linha leva a um descomprometimento maior com a construção partidária, já que sua dinâmica é, unicamente, a da disputa com a direção do partido e os rumos que ele constrói.

Um dos maiores problemas desta política neste momento são os graves prejuízos que traz não só à construção partidária, mas principalmente à participação do PT nas eleições. Pouco adianta propa-

gandar a candidatura Lula se o centro da atividade neste momento é a disputa com a direção.

Unidade dos revolucionários

No entanto, apesar de compreendermos todos os problemas que estão colocados é necessário enfatizar dois pontos.

Não estamos de acordo com o tratamento em geral administrativo que está sendo dado a esta questão e devemos combatê-lo. Não se trata de excluir uma corrente do partido, mas travar uma luta política contra suas concepções e sua prática, o que é muito diferente. Combatemos sua política para que possamos ganhá-la e aos militantes que orienta para a construção do PT. O enfrentamento com a CS deve se dar ganhando a confiança da vanguarda do movimento operário para as resoluções e a política do partido.

Em segundo lugar, mesmo em situações específicas em

que se imponha a tomada de sanções disciplinares, isto deve ser sempre feito observando-se todos os critérios da democracia, da ética partidária bem como o princípio da isonomia (isto é, que os critérios sejam aplicados com pesos e medidas semelhantes não importando que tal militante seja membro desta ou daquela corrente).

O nosso objetivo central ao combater o sectarismo político e os métodos incorretos postos em prática pela CS tem de ser sempre o de construir a unidade do partido, o que significa o aprofundamento de sua unidade política e da confiança na sua democracia interna.

Na situação de crise política aguda vivida pelo Brasil, diante das enormes tarefas que estão colocadas diante de nós, seria profundamente incorreto desprezar a contribuição positiva que os companheiros da CS — muitos deles que têm cumprido um papel importante na luta de classes — podem dar à construção do PT.



Esta visão sectária parte de uma compreensão simplista e simplificadora do início do Programa de Transição de Trotski: "A situação política mundial caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado". Adotada de uma forma simplista, desprezando vários elementos formadores da consciência de classe e da construção do sujeito partidário, trabalhada de forma fundamentalista, como as correntes pentecostais trabalham e interpretam a bíblia, esta con-

possível compreender a política adotada pela CS neste momento. A CS compreende que o principal impedimento para a construção do partido revolucionário neste momento é a direção dada pelo setor majoritário do PT — a Articulação — junto com os que já capitularam frente a ela (ai entra praticamente todo mundo). Desta forma, busca se caracterizar como o único setor que realmente tem condições de construir ou dirigir a construção de uma nova direção revolucionária.

A CS e a verdade

Qual o compromisso da Convergência Socialista com a verdade? Até que ponto — em sua necessidade de demonstrar que a postura da CS foi sempre e impecavelmente revolucionária ao contrário das outras correntes do PT que sempre traem os princípios do programa e da democracia socialista — não é necessário deformar os fatos, omitir informações ou simplesmente mentir?

Nós, da Democracia Socialista, temos sido seguidamente atacados pela Convergência Socialista em um sem número de episódios. Estes ataques respondem a uma mesma lógica: para demonstrar que o PT está traindo os princípios do marxismo revolucionário é preciso mostrar que uma corrente que sempre procurou aliar a defesa destes princípios com uma postura afirmativa na construção do PT também se degenerou.

Temos procurado evitar responder a cada um destes episódios, transformando o nosso jornal em um palco de polêmicas sectárias que só repetem as piores tradições do movimento operário.

O nosso interesse aqui nesta pequena nota não é fazer este tipo de polêmica. É apenas anotar o método presente em geral nestes ataques da CS: o de apenas enxergar parte da realidade, no que ela tem de útil à sua política.

No jornal *Convergência Socialista* n.º 223 (de 1.º/09), sob o título "O lamentável papel da DS", vem escrito a respeito dos recentes episódios de Diadema: "A corrente Socialista, que se considera trotskista e sabem muito bem como foram os processos de Moscou, colaborou com toda a farsa. O companheiro João Machado, da executiva nacional do partido, esteve presente em toda a reunião e não abriu a boca, assistindo impávido a um julgamento sumário e sem acusação. O vereador Antonio Rodrigues, da mesma corrente, propôs a suspensão de Tonhão e Romildo e a expulsão de Boni, sem dizer por que motivos. É uma atitude que muito cedo pode se virar contra os próprios companheiros."

Fora o equívoco absurdo de se comparar o que ocorreu em Diadema aos processos de Mos-

cou, o Jornal da CS omite as informações importantes sobre a postura da DS:

1 — o companheiro João Machado, como observador da executiva nacional do partido, já havia manifestado na própria reunião ao presidente do partido em São Paulo, Paulo Okamoto, a sua posição sobre o fato do processo não ter sido encaminhado de acordo com as regras partidárias. Esta posição — partilhada pela DS como por várias outras correntes do partido — foi encaminhada na reunião do Diretório Estadual que veio a se realizar depois: nesta reunião foi decidido, por ampla maioria, formar uma nova comissão de ética e de sindicância para averiguar os fatos de Diadema. Coerentemente com esta posição, a DS — como outras correntes — defendeu a posição na mesma reunião de que a decisão do Diretório Municipal de Diadema de expulsar os três companheiros de Diadema deveria ser suspensa até a conclusão dos trabalhos da comissão (proposta derrotada por quatro votos).

A mesma reunião do Diretório Estadual posicionou-se firmemente contrária à absurda e inaceitável utilização de forças policiais pela prefeitura de Diadema no incidente e incluiu o prefeito José Augusto como outro militante que deveria ser submetido à comissão de ética.

A proposta defendida pelo companheiro Antônio Rodrigues a favor da expulsão do vereador Boni (um racha "à esquerda" da corrente ultra-sectária Causa Operária) é uma simples decorrência do fato deste vereador, além de outras atitudes completamente contrárias às posições do PT, defender o voto nulo nas eleições presidenciais e pregar a formação de um outro partido.

A proposta de suspensão do vice-prefeito Tonhão e do vereador Romildo (ligado à Convergência Socialista) foi defendida após várias atitudes destes companheiros, em várias ocasiões, de exposição pública para as massas de posições contrárias às definições políticas do partido. Por muito menos, os companheiros da Convergência Socialista, de acordo com a sua tradição, teriam expulsado de sua corrente os que assim tivessem procedido.



Baixada Fluminense

Nasce a CUT

São quase seis milhões de pessoas distribuídas em sete municípios: Nova Iguaçu, São João do Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis, Magé, Paracambi e Itaguaí. A Baixada Fluminense, cinturão dormitório do Grande Rio, é conhecida pela miséria e pela violência.

É uma região de valor estratégico não apenas por abrigar a área de moradia de enorme parcela da classe operária da capital, mas também por abrigar importantes indústrias: a Refinaria Duque de Caxias, a Bayer do Brasil e várias metalúrgicas de porte significativo. O município de Itaguaí receberá a instalação do primeiro pólo petroquímico do estado envolverá, a médio prazo, entre dez e quinze mil trabalhadores.

É nesta região que a CUT acaba de nascer. No último período, a região havia sido agitada pelas mobilizações e greves dos professores, comerciários, bancários, previdenciários, petroleiros, metalúrgicos, químicos e rodoviários. Mas foi a greve geral de 14 e 15 de março, de grande impacto na Baixada, que deu o empurrão final.

O Congresso de Fundação

Nos dias 4, 5 e 6 de agosto, cerca de cem delegados reuniram-se no município de Nova Iguaçu. Discutiram uma pauta que abrangia a conjuntura nacional, um plano de lutas, a estruturação da CUT-Baixada e a eleição da direção.

No debate em torno do plano de luta, a deliberação vitoriosa indica à direção nacional da CUT a segunda quinzena de setembro como data de referência para a deflagração de uma greve geral, levando-se em conta os dissídios nacionais de categorias-chaves.

No plano de estruturação da CUT, foi dada ênfase à articulação com o movimento comunitário, organizado em federações municipais em Nova Iguaçu, São João do Meriti e Caxias. Um primeiro seminário será realizado para produzir um plano comum de trabalho.

A primeira direção eleita, com base na aplicação do método da proporcionalidade qualificada, compôs uma executiva de onze companheiros e companheiras, expressando todas as correntes de pensamento. Entre eles, quatro da CUT pela Base, dois da Força Socialista, além de companheiros da Democracia e Luta, Articulação e independentes.

Luis Fernandes, presidente do Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu, Itaguaí, Paracambi e Nilópolis, foi eleito, por consenso, o novo presidente da CUT Baixada-Fluminense.

IMPRESSO



CUT — Minas Gerais

Congresso aponta para a greve geral

Quase mil delegados deram à CUT pela base a condição de corrente majoritária na nova direção e aprovaram, por unanimidade, a indicação da primeira quinzena de outubro para a deflagração de uma greve geral.

No último fim de semana de agosto, Belo Horizonte recebeu quase mil delegados representando 125 entidades sindicais de todo o estado — 85 urbanas e 30 rurais — para a realização do 3º Congresso Estadual da CUT mineira.

No último período, o acirramento da luta de classes se concretizou na adoção pelos trabalhadores de formas mais ousadas de luta, como as ocupações de fábricas (Mannesmann) e de terras (Fazendas Aroega e Sapezinho, além da tentativa brutalmente reprimida na região de Teófilo Otoni) ou ainda na utilização da poderosa arma que é a greve geral.

Este processo garantiu à CUT um grande aprofundamento da sua representatividade, mas pressionou de forma aguda a antiga direção — na qual a tendência Articulação do PT era hegemônica — por não conseguir sequer se reunir para atualizar sua análise de período e a direção a ser dada às lutas.

Tese guia

Iniciado o Congresso, o primeiro grande debate deu-se em torno à definição da tese guia. Apresentadas e defendidas as seis teses, o resultado foi o seguinte:

Teses	Votos	%
1 — Articulação	298	34,6
2 — Causa Operária	13	1,5
3 — O Trabalho	17	2,0
4 — Democracia e Luta(CS)	220	25,5
5 — PLP (retirada em favor da tese 4)	—	—
6 — Construir a CUT pela Base	314	36,4

Como corrente majoritária no Congresso, coube à CUT pela base evitar que o 3º CECUT-MG se transformasse em uma “desforra contra a Articulação” (como desejavam os defensores



das teses 2, 4 e 5 ao conclamarem todas as tendências de oposição a construir uma chapa única contra a antiga maioria da CUT mineira). Ao mesmo tempo, procurou construir um campo de unidade política no Congresso.

Este esforço evidenciou-se, por exemplo, na importante emenda apresentada à tese vitoriosa, adequando o plano de luta às possibilidades de uma escalada hiperinflacionária no Brasil.

Greve geral e hiperinflação

Aprovada por unanimidade no plenário, a emenda aponta a necessidade de mobilizar desde já os trabalhadores em torno de uma plataforma contra a ameaça da hiperinflação. Esta plataforma que contribui para a politização do movimento e orienta os trabalhadores sobre o que fazer desde agora deve ser conquistada a partir de um gigantesco processo de mobilização.

A resolução conclui afirmando: “que este 3º CECUT-MG indica para a discussão nacional o início de outubro para a deflagração da greve geral”. A nova direção eleita levará esta proposta para a Plenária Nacional da

CUT que se realizará no início de setembro.

Preservando sua autonomia e a sua condição de central sindical, a CUT afirma, a tese aprovada, deverá defender um programa que interessa aos trabalhadores e que servirá para orientar o voto de todos os explorados.

Decidiu-se também o apoio às greves e às lutas em curso com vistas a unificá-las desde já rumo à greve geral.

A nova direção

Na eleição da nova direção, foram inscritas três chapas:

Chapa 1 — Encabeçada por Eduard Armond, do Sindados e ligado à corrente Articulação;

Chapa 2 — Encabeçada por Carlos Calazans, do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte e ligado à corrente CUT pela Base (que contou com o apoio dos companheiros da corrente O Trabalho).

Chapa 3 — Encabeçada por José Maria de Almeida, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e ligado à corrente Convergência Socialista (e que teve o apoio das correntes Causa Operária e PLP).

Apurados os votos, foram obtidos os seguintes resultados:

Chapa 1 — 278 votos	32,67%
Chapa 2 — 353 votos	41,48%
Chapa 3 — 220 votos	25,85%

Os representantes da CUT pela Base insistiram em que a divisão dos cargos na direção deveria se dar pela “proporcionalidade qualificada”, que impede que todos os cargos importantes ou a maioria deles fique nas mãos da corrente majoritária. No entanto, isto não foi possível, mesmo informalmente, pela não aceitação desta regra pelos membros da Articulação.